

## **FOLCLORE POTIGUAR:** Uma proposta de Trabalho para EJA

no município de Lagoa de Pedras-RN.

**JOSÉ ARMANDO DA SILVEIRA:** Historiador, Professor Coordenador da EJA da Escola Municipal Professora Antonia Ana de Lima Rocha na cidade de Lagoa de Pedras-RN. Artigo Científico Orientado pelo Prof. Dr. Jorge Ubiracy Barbosa da Silva.

### **Resumo**

Este artigo tem como principal objetivo compreender o folclore potiguar como uma proposta de trabalho para a Educação de Jovens e Adultos na rede municipal de ensino em Lagoa de Pedras-Rio Grande do Norte, procurando desenvolver uma prática educativa atuante e comprometida com o educando, empenhando-se e executando ações que direcionem a valorização e evolução do Folclore Potiguar, tomando como referencial “Luís da Câmara Cascudo”. Foi necessária uma pesquisa bibliográfica da história da Educação de Jovens e Adultos, do folclore e sua diversidade cultural brasileira, como também das manifestações culturais e folclóricas do Rio Grande do Norte. Finalmente o artigo mostra uma prática inovadora dos professores sobre folclore realizado na Escola Municipal Professora Antonia de Lima Rocha especificamente na sala do IV nível “U” da Educação de Jovens e Adultos, foi realizada várias atividades do folclore como palestra, leitura e apresentação dos alunos de três contos populares de Sívio Romero. A experiência possibilitou ampliar e aproximar o interesse na construção da leitura e escrita através da arte. A educação de Jovens e Adultos está vinculada às ações culturais, políticas e produtivas dos educandos jovens e adultos. Assim, após as observações realizadas em sala de aula sobre o conteúdo do folclore e entrevistas informais, foi possível perceber como eles vêem o folclore a partir dos conhecimentos que eles já possuem.

Palavras-chaves: Educação de Jovens e Adultos; Folclore Luís da Câmara Cascudo.

## ABSTRACT

This article has like principal objective to understand the Potiguar Folklore like a proposal of work to the Education of youngs and adults in hammoch municipal de teaching Lagoa de Pedras-Rio Grande do Norte, seeking to develop an educate experience actuate and compromise with the student, pawned and executing behavior for direction the valuation and evolution of Potiguar folklore, taking like reference "Luís da Câmara Cascudo". Necessary a search bibliography of the story of Education of youngs and Adults, folklore and its cultural diversity brasilian, like too of the culturals manifest and folklore in the Rio Grande do Norte. Finally the article show a inovate experience of teaches about folklore realize in the Escola Municipal Professora Antonia de Lima Rocha, especialy in the class four grade of Education of youngs and adults, realized various actives of folklore like lecture, reading and presentation of students of three populars tales of Sílvio Romero. The experience possible to amplify and to approach, the interest in the construction of reading and writing through of arts. The Education of youngs and adults this linked the behavior culturals, politics and productive of the students youngs and adults. So, after the observation realized in the classroom about the contents of folklore and interview, was possible to perceive like they saw the folklore after of knowledge them.

Words key: Education of youngs and adults, folklore Luís da Câmara Cascudo.

## INTRODUÇÃO

O Brasil é um país plural. Composto por uma variedade de culturas que historicamente o formaram e que o constituem diariamente. A cultura de qualquer grupo social é dinâmica; vai adquirindo formas, expressões e características diferentes ao longo do tempo.

Sendo o folclore, um conjunto de tradições e costumes intimamente ligados à cultura de um povo, pretende-se na elaboração deste trabalho, dar uma abordagem desmistificada e consciente do termo, não apenas a mera representação da cultura popular, mas como algo importante na formação da identidade cultural de uma nação, fruto das relações sócio-culturais de uma sociedade, especificando a sociedade potiguar.

Diante disso, cresceu o desejo de fazer um trabalho, enfocando a importância deste tema na Educação de Jovens e Adultos. Pois, o folclore potiguar é de valor integral na cultura, merecendo ser estudado e apresentado sob todos os aspectos: intelectuais, artísticos, educacionais, técnicos e recreativos; Desta maneira ele favorece a aprendizagem e facilita o trabalho; aproximando - o jovem e o adulto - a alma do país, levando-os a conhecer seu passado para entender o presente e valorizar este legado; o folclore desperta também o sentimento de emoção, entusiasmo e amor à cultura de nossa terra.

O mesmo pretende apresentar uma proposta de trabalho do Folclore Potiguar na Educação de Jovens e Adultos no município de Lagoa de Pedras-RN.

Espera-se que, de alguma forma, este artigo possa trazer contribuições positivas às pessoas que procuram melhorar e enriquecer o seu fazer pedagógico, com intenção de tornar a educação prioridade para todos e, até mesmo, como ponto de partida para transformações mais ousadas em maiores no nosso país.

Vale destacar que, na EJA, trabalhar a diversidade cultural é uma estratégia das mais importantes, uma vez que, contribui na construção da identidade nacional. O desafio é trabalhar a diversidade cultural. Nesse sentido, a escola pode ser local de diálogo, de aprender a conviver e vivenciar a própria cultura, respeitando as diferentes formas de expressão cultural. Significa considerar as diferenças como fator de enriquecimento e não como obstáculo para a Educação de Jovens e Adultos.

Criar novas formas de promover aprendizagens fora dos limites da organização escolar tradicional é uma tarefa, portanto, que impõe antes de qualquer coisa um enorme desafio para os educadores, principalmente no atual estágio de desenvolvimento das pesquisas sobre o tema no Brasil.

Na verdade, romper o modelo de instrução tradicional implica um alto grau de competência pedagógica, pois para isso o professor precisará decidir, em cada situação, quais formas de agrupamento, seqüenciação, meios didáticos e interações propiciarão o maior progresso possível dos alunos, considerando a diversidade que inevitavelmente caracteriza o público da educação básica de Jovens e Adultos.

Para melhor compreensão do trabalho, o mesmo foi dividido em etapas distintas, seqüenciadas e gradativamente estruturadas, para alcançar os objetivos propostos.

No primeiro momento, se fez o embasamento teórico voltado para o Folclore e a Educação de Jovens e Adultos. Tratou-se, portanto, do folclore como diversidade cultural brasileira, estudando as manifestações culturais e folclóricas do Rio Grande do Norte, uma breve apresentação da história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil.

No segundo, foi apresentada a base de sustentação do trabalho. Mostrou-se uma vivência folclórica realizada em uma turma de EJA no município de Lagoa de Pedras-RN.

AS considerações finais voltam-se para a importância de se trabalhar o folclore, especialmente o “Folclore Potiguar”, na Educação de Jovens e Adultos apresentando uma relação possível e necessária no processo de ensino-

aprendizagem. Contribuindo, no resgate da cultura do município de Lagoa de Pedras e no estado do Rio Grande do Norte.

Por fim, apresenta-se a referência bibliográfica.

## **1. EMBASAMENTO TEÓRICO SOBRE O FOLCLORE E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

### **1.1 O FOLCLORE COMO DIVERSIDADE CULTURAL BRASILEIRA**

A cultura escolar e a cultura para as massas são formações institucionalizadas pelo Estado e pela empresa com o fim de transmitir conhecimento ou preencher horas de lazer de uma fração ponderável da população brasileira. São organizações modernas e complexas que administram a produção e a circulação de bens simbólicos.

O seu crescimento tem uma relação direta com o crescimento econômico do país: a sua mentalidade básica também. Mas, se nos ativermos fielmente à concepção antropológica do termo cultura, que é, de longe, a mais fecunda, logo perceberemos que um sem-número de fenômenos simbólicos pelos quais se exprime a vida brasileira tem a sua gênese no coração dessa vida, que é o imaginário do povo formalizado de tantos modos diversos, que vão do rito indígena ao candomblé, do samba-de-roda à festa do Divino, das assembléias pentecostais à tenda de umbanda, sem esquecer as manifestações de piedade do catolicismo que compreende estilos rústicos e estilos cultos de expressão.

Nessa complexa gama cultural, a *instituição* existe (no sentido sociológico clássico do termo), isto é, as manifestações são grupais e obedecem a uma série de cânones, mas elas não dispõem da rede do poder econômico vinculante, nem de uma força ideológica expansiva como a Universidade e as empresas de comunicação.

São microinstituições, dispersas no espaço nacional, e que guardam boas distâncias da cultura oficial. Servem a expressão de grupos mais fechados, apesar

de seus membros estarem também expostas às culturas escolares ou aos meios de comunicação de massa.

Para Mendes, (1981, p. 44) “*A tendência dos estudos sociológicos convencionais, de filiação evolucionista, e rotular de residuais todas as manifestações habitualmente chamadas folclóricas*”. Estabelecido firmemente esse ponto de vista, tudo o que estiver sob o limiar da escrita, e, em geral, os hábitos rústicos ou suburbanos, e visto como sobrevivência das culturas indígenas, negra, cabocla, escrava ou, mesmo portuguesa arcaica: culturas que se produziram sempre sob o ferrete da dominação.

É extremamente importante repensar o processo de formação de toda essa cultura que viveu e ainda vive sob o limiar da escrita. Certa vertente culta, ocidentalizante, de fundo colonizador, estigmatiza a cultura popular como fóssil correspondente a estados de primitivismo, atraso, demora, subdesenvolvimento.

Para essa perspectiva, o fatal (que coincide, no fim, com o seu ideal mais caro) é o puro desaparecimento desses resíduos, e a integração de todos os seus sujeitos nas duas formas institucionais mais poderosas: a cultura para as massas e a cultura escolar.

Trata-se de uma visão linearmente evolucionista que advoga, com a autoridade da ciência oficial, a causa dos vencedores.

Em outro extremo a vertente romântico-nacionalista, ou romântico-regionalista, ou romântico-populista (os matizes mudam conforme a conjuntura) tomar valores, eternamente válidos os transmitidos pelo folclore, ignora ou recusa as suas vinculações com a cultura de massa e a cultura erudita, e identifica as expressões grupais com um mítico *espírito do povo*, ou mais ideologicamente, com a Nação, fazendo pender para um excessivo particularismo o que, na concepção oposta se perdia num abstrato universalismo. Conforme Mendes, (1981, p. 37):

O problema se complica extraordinariamente hoje em dia quando precisamos considerar as imbricações que ocorrem entre a cultura popular e a cultura de massa (ou popularesca, na expressão de Mário de Andrade), ou ainda entre a cultura popular e a cultura criadora dos artistas.

Urge cavar, em última análise, uma *teoria da aculturação* que exorcize os fantasmas elitista e populista, ambos agressivamente ideológicos e fonte de arraigados preconceitos.

Antes de qualquer outro olhar ou maneira de querer interpretar o que é folclórico e/ ou popular, deve-se buscar uma compreensão plural, complexa e sensível sobre a cultura.

Isso requer um interesse em observar *in loco*, diretamente em contato com os indivíduos, seus modos e comportamentos, suas maneiras de ser, de se representar, em confronto com outros indivíduos e diferentes relações com o meio ambiente, a natureza. Dessa forma afirma BOSI (1992, p. 83):

Os indivíduos têm hábitos, atitudes do cotidiano, atitudes de tempos de festas; desenvolvem sistemas de produção, de trabalho, de fé religiosa; expressam sentimentos, emoções, preferem certos objetos, cores; assumem padrões estéticos próprios nos planos da sexualidade, do lazer, da subsistência, da comida, da musica, da dança, teatro e outras linguagens sensíveis.

Se, sob o olhar biológico, somos todos semelhantes em qualquer lugar do mundo, independente do grupo étnico, da organização social e política, as diferenças que marcam o território das identidades resultam de concepções do mundo, interpretando, simbolizando, dialogando cm a historia e a natureza.

Assim, afirma BOSI, (1992, p. 74):

A cultura esta em todos os ambientes e em todos os momentos do cotidiano, nos episódios das festas, no trabalho. Em tudo há um sentido e uma relação simbólica, pois o que nos diferencia dos outros animais é a capacidade de simbolizar, interpretar e organizar relações e hierarquizadas, definindo papeis de homens e mulheres.

Dessa maneira, querer interpretar os significados, as peculiaridades das culturas impõem a reconstituição de formas distintas e complexas.

CATELAN, 2002, (p. 63) lembra:

Nominar de folclórico ou popular é um meio interprete da vida, da sociedade, da cultura de uma comunidade, de uma região, de um povo, que busca valorizar e conhecer características de autenticação e de identidade perante o amplo e dinâmico processo da globalização.

Todo o fato cultural se transforma e assim todo o fato folclórico é também aberto a mudanças, adequando-se, adquirindo formas adaptativas, contemporâneas, que convivem com os temas e modelos tradicionais. Importante entender que “tradição é um processo que implica na transmissão, na informação do conhecimento de um fato, de uma manifestação” (ARANTES, 2002, p. 69).

Assim, o folclore e o popular têm uma permanente característica que é a dinâmica da cultura em meios, preferencialmente orais, de transmitir conhecimentos entre outros.

Há um ponto comum entre os que estudam, analisam, vivem e curtem o folclórico, a cultura *folk*, o popular: a busca, a tentativa de encontrar o que é verdadeiramente nacional, brasileiro, nosso, identificando resultados de processos que fazem nossa identidade de povo.

Considerando a diversidade de culturas e de civilizações que formaram nossa sociedade, seria reduzir extremamente a realidade afirmar que há uma única identidade do brasileiro. Ao contrario, temos identidades culturais nos vários e diferentes *Brasis*. Na variedade de povos e de contextos ecológicos são vivenciados os nossos costumes e tradições, apontados como as principais pistas para o reconhecimento do folclórico e/ou do popular, ou seja, do que é brasileiro no Brasil.

A partir do século XIX, com a criação da palavra “folclore”, durante todo o século XX e, ainda agora no início do XXI constata-se diferentes maneiras de olhar e interpretar as manifestações populares. As ações de pesquisa, inicialmente de

coleta de campo, em geral obedientes a métodos etnográficos e outras maneiras de interpretar, aconteceram em contextos históricos e políticos muito diferentes, influenciando as relações entre folcloristas e o fato folclórico: dança, comida, artesanato, entre tantos outros.

Um bom exemplo disso ocorreu durante o governo de Getúlio Vargas, nos anos 1950, época em que foi instituída a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, cujos objetivos eram o de defender, coletar, documentar, criar, coleções e acervos de gravações, fotografias e objetos que servissem como materiais para incentivar e transmitir, em escolas, museus e centros culturais, um certo orgulho nacionalista, a partir das manifestações mais genuínas do povo brasileiro.

Ao mesmo tempo, as ciências sociais e antropólogas, a história, entre outras áreas do conhecimento acadêmico, ampliam seus métodos e critérios de analisar as formas, os estilos, as maneiras de viver, de sentir e de expressar cultura.

Foram muitos e diferentes métodos e critérios. Alguns privilegiaram questões econômicas, outros destacavam questões políticas, sociais, de gênero, apontando para os papéis de homens e mulheres. Havia ainda os que privilegiaram a estética e o artístico que compõem as maneiras de ser brasileiro. Todos esses métodos têm importância, apesar de olharem de maneira parcial para o folclore e/ou cultura popular.

Contemporaneamente, busca-se interpretar as manifestações do povo brasileiro de maneira complexa e integrada, considerando organização social, gênero, aspectos econômicos e ecológicos, artístico.

O fato folclórico espelha tudo isso e resulta de todas essas diferentes relações que integram nossa vida cotidiana. Os modos de ser, se de expressar cultura, formam um tipo. Reconhece-se algo típico e/ou característico, daí o amplo uso e emprego do conceito de típico. Todos eles representam e comunicam importantes aspectos das nossas identidades de brasileiros.

Para isso, precisamos saber o que exatamente significa a palavra “folclore”? Analisando a sua origem os especialistas chamam isso de “etimologia” - encontramos folk = povo, nação, raça; e lore = ato de ensinar, instrução. Portanto

folclore significa “ensinamento do povo”, ou seja, a voz do povo (CASCUDO, 1968, p. 114).

Mas o que é folclore na prática? São as histórias que ouvimos de nossas mães, ou nas rodas de amigos, sobre o nosso povo e a nossa raça. O Saci – pererê garoto negro com gorro vermelho e cachimbo na boca de uma perna só, que passa toda sua existência fazendo travessuras -, por exemplo, faz parte do folclore brasileiro; assim como as festas de Bumba Meu Boi, o Carnaval e as Quadrilhas; o Lobisomem (que também faz parte do folclore norte-americano, e de muitas outras culturas), a Mula-Sem-Cabeça e o Bicho Papão.

Os contos e histórias tradicionais que ouvimos deste bem pequenos fazem parte do folclore de muitos povos. Os irmãos Jakob e Wilhelm Grimm, por exemplo, escreveram histórias que já faziam parte do folclore alemão; *Chapeuzinho Vermelho*, *A Gata Borralheira* e *O rei Sapo* são algumas delas. Na Espanha temos as touradas. Os norte-americanos se divertem no dia 31 de Outubro, comemorando o dia das Bruxas com cantorias, danças e brincadeiras: é o *Halloween*. Em todas as partes do mundo, cada povo tem formas próprias de manifestar suas crenças e costumes: este é o folclore.

Mas o folclore não é só isso. Todos os elementos que fazem parte da cultura popular, tradições das mais diversas passadas de pai para filho e que nos ensinam muito a respeito de determinado povo fazem parte do folclore.

Os gêneros folclóricos são muitos e variados, manifestando-se na música, na comida, no artesanato, nas danças regionais, nas festas e folguedos populares, nas cantigas, nos brinquedos e brincadeiras, nos provérbios, nas parlendas, nos trava-linguas, nas adivinhas, nas superstições e crendices.

Desta forma, aprendemos mais sobre o povo brasileiro, suas origens, suas crenças, sua maneira de agir e de pensar, ou seja, aprendemos mais sobre nós mesmos, conhecendo o nosso folclore.

O folclore brasileiro apresenta várias heranças culturais, sistematizados por vários estudiosos e pesquisadores, dentre eles Cascudo, no qual distribuiu nossas heranças: a) A dos povos indígenas; b) A dos colonizadores portugueses; c) Dos

negros africanos trazidos para o país como escravos; d) A dos imigrantes europeus, principalmente italianos e alemães.

Segundo Almeida (1999), o estudo do folclore brasileiro começou com Amadeu Amaral (1875 – 1929) que era poeta e pesquisador das coisas nacionais. Posteriormente, Sílvio Romero, Nina Rodrigues, Figueiredo Pimentel e muitos outros contribuíram para o desenvolvimento dos estudos sobre o folclore brasileiro. Câmara Cascudo como é conhecido internacionalmente, nasceu em Natal, no dia 30 de Dezembro de 1898. Filho único de Francisco Justino de Oliveira Cascudo, Coronel Cascudo e de Ana Câmara Cascudo. Batizou-se a 09 de Maio de 1899, sendo o celebrante Padre João Maria, os padrinhos foram ex-governador Joaquim Ferreira Chaves e sua esposa Alexandrina Ferreira Chaves. Historiador, antropólogo e folclorista Luís da Câmara Cascudo é a maior glória literária do Rio Grande do Norte e um dos homens que mais fizeram pela cultura do povo brasileiro em qualquer época. Sua primeira professora foi dona Antônia Cerqueira, estudou no externato Sagrado Coração de Jesus, após este período estudou particular, em casa, com os professores Pedro Andrade, literatura clássica e Francisco Ivo Cavalcante, conhecimentos gerais. Estudou Humanidade no Colégio Atheneu Norte – Rio – Grandense, em Natal, Medicina na Bahia e Rio de Janeiro até 4º ano, quando desistiu do curso por razões sentimentais. Ingressou na Faculdade de Direito do Recife, onde se formou em 1928. Foi professor de História do Brasil no Atheneu Norte-Rio-Grandense e diretor do estabelecimento; professor da Escola Normal e do Instituto de Música, do qual foi um dos fundadores (1938); Secretário do Tribunal de Justiça; Consultor Jurídico do estado e professor da cadeira de Diretor Institucional Público da Faculdade de Direito da UFRN, primeiro titular da cátedra; Diretor do Instituto de Antropologia da UFRN, Cascudo foi um dos fundadores da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, pertenceu a dezenas de institutos históricos e a sociedades de estudos etnográficos e folclóricos de todo o país. Fundou em 1914 a sociedade brasileira do Folclore da qual seria o primeiro presidente. Marcou ainda forte presença na vida cultural brasileira pela intensa atividade jornalística que desenvolveu desde cedo. Quando morreu em 1986, Cascudo ocupava a cadeira nº 13 Academia

Norte-Rio-Grandense de Letras. Por iniciativa de um grupo de acadêmicos, essa cadeira deveria permanecer vaga por está ocupada “In Memoriam” pelo próprio Cascudo. Com essa atitude, eles queriam enfatizar ter sido Cascudo um homem único, incomparavelmente.

A biografia cascudiana é vastíssima e abrange as diversas áreas das ciências humanas, com contribuições fundamentais ao estudo da cultura popular, Etnografia, História, etc. Entre esses títulos citaremos: Vaqueiro e Contadores (1939); Antologia do Folclore Brasileiro (1944); Lendas Brasileiras (1945); Contos Tradicionais do Brasil (1946); História da cidade do Natal (1947); Literatura Oral (1952); Dicionário do Folclore Brasileiro (1954); Geografia do Brasil Holandês (1956); Superstições e Costumes (1958); Rede de Dormir (1959); Dante Alighieri e a Tradição Popular no Brasil (1963); África (1965); Flor de Romances Trágicos (1966); Mouros, Franceses e Judeus (1967); Made In Prelúdio da Cachaça (1968); História da alimentação no Brasil (3 Vol. 1967-1968); A Vaquejada Nordestina e sua Origem (1969); Festas e Tradições Populares do Brasil (1979); entre outros.

As manifestações do folclore brasileiro podem se concentrar numa única cidade ou pequena região, ou se espalhar por vários estados. O carnaval, as festas juninas e a capoeira são exemplos de manifestações que ocorrem por todo o país. No geral, as manifestações folclóricas brasileiras podem ser classificadas de acordo com a divisão do país em grandes regiões:

\* Região Norte: no estado do Pará, sobrevivem importantes festa populares como o Círio de Nazaré e a dança popular chamada carimbó, além de pratos típicos de quase toda região como o pato no tucupi e o tacacá.

\* Região Nordeste: o folclore nordestino é um dos mais ricos do país e inclui os folguedos do Bumba-meu-boi, do pastoril, da nau catarineta e do fandango; as danças populares como a ciranda, o frevo e o maracatu, o tambor de crioula e a dança dramática do quilombo típica do estado de Alagoas; o artesanato de rendas e bordados, e a cerâmica nordestina cujo maior expoente foi Mestre Vitalino; a literatura de cordel, o teatro de mamulengos e a culinária baiana com seus acarajés, moquecas, carurus, abarás e outros quitutes.

\*Região Sudeste: predominam as congadas, o artesanato do vale do Jequitinhonha em Minas Gerais, as festas para Iemanjá no final do ano em todo o litoral do Rio de Janeiro, as duplas de música caipira, as festas religiosas do Divino Espírito Santo, do Domingo de Ramos e de Nossa Senhora dos Navegantes.

\* Região Centro-oeste: destaca-se com as cavalhadas e pelo bailado Moçambique.

\*Região Sul: a infância dos imigrantes europeus e da cultura gaúcha se faz presente nas tradições folclóricas através das danças, do artesanato e da culinária.

De acordo com (CATELAN, 1992, p. 78)

Tudo que, surgiu do povo e por ele é conservado e transmitido, tendo por base a influência dos escravos, índios, portugueses e imigrantes constituiu-se no conjunto das tradições folclóricas brasileiras.

Portanto, em todas as manifestações do folclore brasileiro os elementos de origem européia estão presentes, pois os portugueses constituíram a camada dominante da população colonial.

Entretanto, em muitos casos, houve influência marcante das populações indígena e negra, conforme a região e a importância que tiveram no processo de colonização, e da igreja católica, onde, nas comemorações religiosas, aglutinaram-se elementos folclóricos de origens diversas.

O folclore brasileiro apresenta grande diversidade regional. Desenvolveu-se principalmente em São Paulo, antes da industrialização, em Minas, durante a mineração, e especialmente no nordeste, marcado por séculos de cultura da cana.

Essas regiões possuíam uma população razoavelmente densa que criou um modo de vida tradicional e relativamente estável, capaz de incentivar a transmissão oral e a elaboração coletiva de representações. Possuíam também uma produção local e artesanal de artigos de consumo, de acordo com as técnicas e padrões estéticos próprios.

Atualmente, entretanto, as manifestações folclóricas estão desaparecendo, industrialização e a urbanização eliminaram o artesanato e a relativa auto-suficiência econômica dessas regiões. A cultura de massa substituiu os valores e as crenças locais e, em seu lugar, desenvolveu-se um folclore artificial voltado apenas para o consumo turístico.

Os estudos e as pesquisas sobre o folclore no Brasil desenvolveram-se mais ativamente a partir de 1974, com a criação, pelo Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura, da Comissão Nacional do Folclore.

Dirigida por Renato Almeida, esta comissão estabeleceu o maior intercâmbio entre os folcloristas brasileiros organizados nas comissões estaduais. O I Congresso Brasileiro do Folclore, instalado no Itamaraty e realizado no Ministério da Educação e Cultura, aprovou a Carta do Folclore Brasileiro e levou à criação, 1958, da Campanha da Defesa do Folclore Brasileiro, órgão do Ministério da Educação e Cultura.

Entretanto, nosso folclore não é perfeitamente conhecido. Apesar dos estudos realizados inicialmente por Sílvio Romero (1851-1914) e continuados por Amadeu Amaral (1910-1944), Mário de Andrade (1893-1945), Câmara Cascudo (1898) e Alceu Maynard de Araújo (1913-1974) poucos autores tem se dedicado a esse assunto. O folclore constituiu-se de uma série de tradições, lendas ou credices populares manifestadas através de provérbios, contos, canções e tradições de uma região. Das velhas raízes saxônicas FOLK (povo) e LORE (sabedoria), surgiu em 1846 o vocabulário Folklore, significando sabedoria do povo.

No Brasil, com a reforma ortográfica, falamos e escrevemos folclore. Ele é a cultura do povo, tendendo a transforma-se com o passar do tempo. Essa transformação ocorre paralela ao desenvolvimento das artes, das ciências e da tecnologia.

Por esse motivo, o folclore não morre, ele é na sua essência uma cultura do povo que tem suas raízes neste próprio povo. Muitos folcloristas comentam que, com o desenvolvimento da tecnologia, a urbanização dos grandes centros industriais e outras iniciativas do progresso, o folclore sofre uma

descaracterização, pois segundo a folclorista Maria de Lourdes Ribeiro, “*o folclore abrange todos os campos da vida humana, incluindo seus mitos e lendas, e suas histórias seus teatros, suas artes, etc.*”; contudo, existem certas características que determinam o fato folclórico: o anonimato, ou melhor, dizendo, o povo é seu autor, pois o nome do eventual autor perdeu-se no tempo e o povo aceita o acontecimento sem nenhuma imposição, simplesmente porque neste fato existe algo que toca no fundo de sua alma.

O fato folclórico não é documentado, registrado ou armazenado pelo povo que o fez e desenvolve. Ele passa de boca em boca, transmitindo sua sabedoria, seu modo de pensar, transformando-se, adaptando-se, de acordo com o interesse do povo. Uma de suas características principais é a tradicionalidade: no caso, ele age como uma garantia à permanência dos valores de uma cultura, pois a tradição nada mais é que a grande força das pessoas do povo. Além disso, há o fator funcionalidade: o fato folclórico existe por qualquer razão.

Não é um torrão de barro jogado parede que pregou por acaso com o passar das horas.

Ele existe porque diz alguma coisa do povo e nada realiza sem uma determinante estreitamente ligada a um comportamento psicológico, religioso e social. Muitas vezes, um fato folclórico, como um bumba-meu-boi, serve de veículo para comunicar às autoridades e às pessoas em geral o que o povo ou um determinado grupamento humano acha de um certo governo, de alguma realização das autoridades ou mesmo dos indivíduos.

O folclore absorveu os vários fatores étnicos que formaram a raça brasileira. O índio e o negro contribuíram com a mitologia e um conjunto de tradições relativamente puras em seu caráter primitivo e selvagem.

Em seu Livro “ Digressões em torno do Folclore, Hugo Pedro Carradore diz a respeito do encontro entre o branco e o índio: “Um fértil acervo foi ligado ao patrimônio brasileiro, que graças aos filhos desse conúbio, os caboclos vem se perpetuando”. (CARRADORE, 1979, p.8).

Deste testamento de que somos herdeiros há bens de ordem material e não material. Entre tantos bens de ordem material pode-se citar o uso da mandioca e

suas aplicações, a prensa de tipiti (cesta) usada no preparo da farinha da mandioca (é um engenho caboclo, acionada por um processo de parafuso sem fim); essa cesta ainda é encontrada nas últimas casas de farinha. Além disso, temos ainda a herança do milho e sua utilização, o cultivo e o aproveitamento de grande número de plantas medicinais que os índios separavam da floresta brasileira.

Quanto à herança não material, a cultura cabocla nos propiciou uma riqueza sem fim em mitos, lendas, superstições, danças, cujas raízes estão presas à herança indígena. De uma maneira geral, os folcloristas defendem o moderno conceito de que a cultura popular é dinâmica, capaz de assimilar as influências exteriores, absorvê-las e transformá-las ao longo do tempo.

É através das lendas e superstições que se conhece a alma do povo. Assim temos no Brasil, o Boitatá, que de acordo com a lenda é um gênio protetor dos campos contra os incêndios, também conhecido por cobra-de-fogo; Bumba-meu-boi – bailado popular do nordeste, cujos personagens principais são o boi, o médico, o cavalo-marinho, etc. A Iara – sereia dos lagos e mares, cuja sedução atrai as pessoas para o abismo; o Negrinho do Pastoreio – essa lenda é conhecida no sul do país.

É a história de um negrinho escravo que foi muito castigado por haver três malhado um tordilho no rebanho que ele guardava, sendo por isso enterrado vivo em uma cova cheia de formigas onde Nossa senhora, sua madrinha, levou-o para o céu. Quando as crianças não conseguem encontrar alguma coisa perdida, acendem-se velas na estrada para o Negrinho do Pastoreio. Saci-Pererê – negrinho de uma perna só, com um cachimbo na boca, que vai ao encontro dos viajantes solitários armando-lhes ciladas pelo caminho.

## 1.2- AS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS E FOLCLÓRICAS DO RIO GRANDE DO NORTE.

Como em todo o Brasil, o folclore potiguar deriva-se de três culturas: A portuguesa, que influenciaram através das vestes, da religião, forma de vida, no

comportamento, na música e na dança, bem como em alguns hábitos alimentares; a africana contribuiu com o desenvolvimento da lavoura na Colônia, além da religião, a *ginga* que mais tarde daria origem à capoeira, que é uma dança, onde os personagens entram numa roda para executar movimentos com os pés e todo o corpo, não podemos esquecer também a contribuição deste povo na culinária brasileira e no vocabulário nacional; a indígena, civilização que contribuiu muito para a nossa cultura, que dentre outras nos legaram o hábito diário de banhar-se e espreguiçar-se numa boa rede, seja no inverno ou verão, conforme atesta o mestre Câmara Cascudo: “(...) vemos, usamos, construímos, conhecemos e nunca pesamos dignas de nossa atenção e cuidados culturais”.

Em relação a nossa formação étnica, estas influências podem sofrer variações percentuais, de região para região (litorânea, agreste, oeste e Seridó).

Na região do Seridó, a predominância é portuguesa, que teve miscigenação com os índios em maior escala. Os negros predominavam nas áreas de exploração da cana-de-açúcar-engenhos-(Ceará-Mirim, São José de Mipibú, etc.). Observam-se alguns aspectos importantes da aculturação negra na região do Seridó. Apesar da pequena quantidade de negros nessa região, mantêm-se vivas algumas tradições dos mesmos.

Como exemplos podemos citar o “*Culto das Irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (em Caicó, Jardim do Seridó, Parelhas), a coroação de reis e rainhas negros do ano, com desfile de zabumbas*”. (MELO, 1997, p.9)

Em relação aos índios, nos primeiros séculos da nossa história, estes dominavam os sertões, na outrora terra de Pindorama. No litoral estavam os ***Tupis-guaranis Potiguares*** (dos quais herdamos fortes traços culturais). Com as migrações para o interior, sobressaíram os ***Cariris*** (com os subgrupos tribais: *Ariús ou Areias, Panatis, Curemas, Icós, Pebas, Caicós*); para a Chapada do Apodi migraram os *Pajeús, Janduís, Pegas, Moxorós, Canindés, Caborés*; para a zona serrana foram os *Pacajus, Panatis, Icós, Paiins*.

Registra-se que em pouco mais de quatro séculos estas nações desapareceram ou assimilaram o *modus vivendi* do elemento branco colonizador, todavia, não se pode desprezar a sua enorme contribuição, conforme nos diz o

Prof. Veríssimo Melo: “... estas populações caboclas deixando traços vivos de sua cultura...”. Um exemplo claro está na alimentação (pratos como a paçoca, ou alimento como farinha de mandioca) e nos apetrechos de caça e pesca (*mundéu, arapuca, timbó*).

Culturalmente falando, o Rio Grande do Norte é privilegiado na área folclórica, pois aqui nasceu Luís da Câmara Cascudo, folclorista, erudito, escritor de renome, conhecido em âmbito nacional e internacional, além do que, nosso Estado alberga outros filhos da terra com cunho folclorista que tem prestado grande contribuição à propagação da nossa Identidade Cultural, como é o caso de *Deífilo Gurgel, Iaperí Araújo*, dentre outros tão competentes quanto estes.

Nossa gente, apesar das dificuldades decorridas ao longo destes quatrocentos anos, ainda preserva algumas expressões e elementos culturais em nosso estado, apesar das turbulências e influências outras, “despejadas”, principalmente pela mídia, que tenta misturar nossos traços culturais originais com traços culturais não peculiares aos nossos, pertencentes a outros povos, línguas e nações, como é o caso de Quadrilhas estilizadas, que tem assumido o caráter *Country*, ao invés do matuto sertanejo – característico da região interiorana brasileira, especificamente nordestina – em estilo americanizado.

### **1.2.1 As Danças Folclóricas do Solo Potiguar**

Para melhor especificar, nos dias atuais, o folclore no Rio Grande do Norte, abordaremos seus componentes, para análise posterior do que foi extinto e do que ainda é vivido, iniciando-se pelas danças.

A História das danças folclóricas no Rio Grande do Norte iniciou-se por volta de 1812(MELO, 1997), com a apresentação de um Fandango. O então presidente da província, Sebastião de Melo Povoas, ficou tão entusiasmado com o espetáculo, juntamente com o público, “*que acompanhou cantando a xícara da Nau Catarineta*”. (MELO, 1997, p.5).

Por volta de 1790–1800 é que houve a fixação das danças e autos-populares, em sua forma literária contemporânea, quando autores da Bahia e Pernambuco, registraram suas obras. Os pesquisadores Deífilo Gurgel, em sua

obra *Espaço e Tempo do Folclore Potiguar*, afirma que os “*Pastoris surgiram por volta de 1870, e refere que os congos dançavam em frente à igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, tendo como cenário o Rio Potengi, e que a primeira apresentação da chegada deu-se em 1927, no palco do Teatro Alberto Maranhão*” (GURGEL, 1982, p.13). O autor ainda classifica as velhas danças do povo como: *altos populares e danças puras ou folclóricas*.

Antes de ser uma expressão do instituto lúdico do homem, a dança foi um ritual sagrado para agradecimento aos favores dos deuses pela abundância das colheitas, das caça, da pesca e das vitórias guerreiras. Eram danças coletivas, executadas em círculos, ao redor de fogueiras. Câmara Cascudo registra no livro *Folclore do Brasil* que “*As danças de Pares, homem e mulher juntos, terão pouco mais de quinhentos anos*”. (CASCUDO, 1954, p. 33).

As danças folclóricas, porém, existem no Brasil desde o início da colonização, sob variadas formas. Mário de Andrade defende que “*a sua consolidação, na forma em que se apresentam hoje, ocorreu nos fins do século dezoito, início do dezenove*”. (ANDRADE, 1972).

#### 1.2.1.1 Origens das Danças

Não obstante sua formação genuinamente brasileira, Edison Carneiro credita a diversos motivos e inspirações a origem de nossas danças folclóricas. São os seguintes motivos/ inspirações por ele indicado:

a) *A luta contra o Infiel* – Conforme a História registra, a Península Ibérica esteve durante séculos sob o domínio dos Mouros, oriundos do Norte da África. Adoradores de Maomé, eles foram denominados de ‘Infiéis’ pelos cristãos. Foi contra eles que lutaram os portugueses e espanhóis, até expulsá-los completamente da Península. São essas lutas que se refletem em algumas de nossas danças folclóricas brasileiras, como: Chegança de Mouros, no Nordeste; Cavalhadas, em Goiás, particularmente em Pirenópolis; e Congadas, no Centro Sul do País.

b) *A tragédia do mar* – Algumas danças, como o Fandango, no Rio Grande do Norte, a Barca, na Paraíba e a Nau Catarineta, refletem a vicissitudes por que passavam os marujos portugueses, no início das grandes navegações.

c) *O nascimento de Cristo* – Herdamos de Portugal o amor pelo catolicismo. Fulcro dessa religião, Jesus Cristo é o grande motivo de adoração pelo homem do povo, que o reverencia no seu nascimento, através de vários autos e danças populares, entre os quais: Lapinha, Pastoril, Reisados e Guerreiros.

d) *Morte e Ressurreição* – No Bumba-meu-boi, nos Congos e nos Caboclinhos, há personagens que morrem e ressuscitam durante toda a brincadeira. No bumba-meu-boi, esse personagem é o próprio Boi, que dá nome ao folguedo; nos Congos, é o príncipe Sueno, filho do rei Henrique Cariongo; e nos Caboclinhos, é o filho do Cacique, ressuscitado pelo Pajé da tribo. (CARNEIRO, 1963).

As danças folclóricas do Rio Grande do Norte já despertaram a atenção e os elogios de alguns dos mais famosos folcloristas brasileiros: Mário de Andrade, Ascenso Ferreira e Théo Brandão. Isso sem falarmos de Luis da Câmara Cascudo, que os conhecia e admirava desde sua infância.

Ascenso Ferreira, em 1954, em entrevista ao folclorista/ jornalista Veríssimo de Melo, disse o seguinte: *“Atualmente, só em Natal, Pernambuco e Alagoas há pureza das manifestações folclóricas. O que vi em Natal pode ser exibido em qualquer palco do mundo”*. Ferreira, apud, (MELO, 1978, p. 67).

Porém, com o passar dos anos e o advento dos modernos meios de comunicação de massa, cinema, rádio e televisão, por exemplo, o povo foi perdendo o amor que tinha pelas danças folclóricas. Não só como espectador, mas também como participante dessas danças. Elas sobrevivem hoje á custa de muito sacrifício.

As danças folclóricas do Rio Grande do Norte, de acordo com a sua apresentação, podem ser divididas em dois grandes grupos: danças de alas ou “cordões” e danças de roda. Uma segunda classificação, formulada com base na época em que elas se apresentam (ou se apresentavam), as distribui em Ciclos Festivos. (GURGEL, 1995).

No ciclo natalino, por exemplo, apresentam-se os quatro grandes autos populares: Boi, Fandango, Chegança e Congos, além do Pastoril e da Lapinha; no ciclo junino, duas danças típicas da temporada: a Capelinha-de-Melão e as Bandeirinhas, ambas no município de Touros; no ciclo das Festas do Rosário, a dança do Espontão (dança de negros), nas cidades de Caicó, Jardim do Seridó e Parelhas, no sertão do Seridó; e, finalmente, o ciclo do São Gonçalo, no mês de janeiro, para comemorar a festa do santo ou, eventualmente, em qualquer época do ano, em pagamento de promessas, com grupos nas cidades de Portalegre e Cel. João Pessoa, no alto Oeste potiguar. (GURGEL, 1995).

Fugindo do caráter religioso desta classificação, mas enquadrando-se num ciclo de festivais, os cabocolinhos de Ceará – Mirim se apresentam durante o carnaval. Não se enquadram nesta classificação de ciclos de danças de roda, Coco, Bambelô, Maneiro-Pau, que se apresentam em qualquer época do ano, da mesma forma que o grupo de danças Araruna, uma suíte de danças folclóricas ou folclorizadas. (GURGEL, 1995).

#### **a) Boi Calemba**

A versão potiguar do Bumba-meu-boi é chamada Boi Calemba. Esta dança apresenta-se normalmente composta por 17 figurantes, incluídos os músicos. Os integrantes são classificados em dois grupos: os “Enfeitados” e os “Mascarados”, sendo que no primeiro grupo estão os Mestres da Brincadeira, seis ou oito Galantes e dois garotos travestidos de mulher, as Damas, cantando louvações, saudações, benditos e outras cantigas do século XIX. As roupas impressionam pelo efeito visual e este grupo dança animados baiões. Aos “Mascarados” cabe a parte cômica do espetáculo, trajando roupas surradas eles evocam a condição de vaqueiros-escravos da pecuária nordestina. Muitas vezes, no Boi Calemba atual, vai-se esquecendo o episódio da morte do boi, núcleo dramático da brincadeira, limitando-se apenas aos cantos iniciais. Atualmente os grupos de Boi Calemba em maior evidência no estado são o de Pedro Guajiru, no município de São Gonçalo;

o de Antonio de Ladeira, em Santa Cruz, o de Dimas e Zé do Cão, em Vila Flor e o de Manoel Marinheiro, em Natal, entre outros. (GURGEL, 1995).

### **b) Fandango**

O Fandango nordestino é um auto popular, ao contrario do seu homônimo do Sul. O de lá é dançado em roda, aos pares, sem representação dramática. O potiguar é inspirado nas grandes aventuras marítimas dos portugueses, na sua febre de descobrimento. O núcleo central da brincadeira, a velhíssima xácara da Nau Catarineta, conta a história de uma nau perdida no oceano, pelo tempo de “sete anos e um dia”. O grupo é formado por uma tripulação de aproximadamente quarenta marujos, entre oficiais e marinheiros. Normalmente, o auto é representado numa barca de madeira ou alvenaria ou, como alternativa, num palanque. Nos dias atuais, só há dois Fandangos em atividade: o da cidade de Canguaretama e o grupo dos marujos, na cidade de Georgino Avelino. (GURGEL, 1995).

### **c) Chegança**

Semelhante ao Fandango, principalmente no aspecto indumentária, porém com um núcleo gramático: um combate naval travado entre cristãos e mouros, inspirados nas lutas pela restauração da Península Ibérica, no qual intervêm figurantes fantasiados de mouros. O número de participantes é também maior que no Fandango e toda a jornada leva mais de seis dias para ser inteiramente cantada. Nesta brincadeira há também um elemento cômico, representado pelo cozinheiro e o faxineiro da embarcação. (CASCUDO, 1968).

O auto da Chegança se distingui do Fandango pela indumentária dos participantes. Seu núcleo é dramático, um combate naval travado entre cristãos e mouros, inspirado nas lutas pela restauração da Península Ibérica. O número de marujos é maior que o Fandango e as jornadas, no total de vinte e quatro, demandam um longo período de seis, sete horas, para serem todas cantadas.

O elemento cômico do espetáculo está representado nas pessoas do Ração (cozinheiro) e do Vassoura (faxineiro). O acompanhamento musical

restringe-se a instrumentos de percussão, tambor e caixa, enquanto no Fandango predomina os instrumentos de corda, violão, rabeca e banjo. No momento, a única chegada do Estado é de Barra do Cunhaú, município de Canguaretama. (GURGEL, 1995).

#### **d) Congos**

Atualmente, há três grupos de Congos no Rio Grande do Norte. São os Congos de Calçolas da Praia de Ponta Negra, em Natal; os Congos de Santo Antônio dos Barreiros, município de São Gonçalo; e os Congos de Taboão, em Ceará - Mirim. O auto dos Congos tem por motivo nuclear a representação de uma Embaixada da Ratinha Ginga, soberana africana, ao rei Henrique Cariongo, seu irmão. Desta embaixada, cujo objetivo maior seria o trânsito dos soldados da Rainha pelas terras do Rei Cariongo, resulta a morte do príncipe Sueno, filho do Rei. Tudo precedido, como nos demais autos populares de cantigas de diversas, destacando-se as louvações e saudações e, no encaregamento, as despedidas. A indumentária e os adereços dos figurantes, não obstante obedecerem a uma linha tradicional variando nos detalhes, de acordo com o gosto pessoal e as posses do responsável pelo folguedo.

O repertório de cantigas é muito vasto e o acampamento musical é feito com um tarol. O grupo dos Congos de Saiote, da cidade de São Gonçalo do Amarante-RN dissolveu-se há alguns anos, após a morte de seu mestre, João Menino. Entretanto, foi reorganizada recentemente na vila de Santo Antonio dos Barreiros, vizinha a São Gonçalo do Amarante-RN.

Outro fato importante é que, nenhum lugar é mais importante que a história de seus habitantes. Nenhum lugar tem história não fosse a história de seu próprio povo. Esta é a proposta inicial desta página: mostrar um pouco da vida da gente desta terra. De pessoas que deixaram suas marcas por onde passaram e assim ajudaram a fazer história. (GURGEL, 1995).

Essas são algumas das principais danças folclóricas do Brasil. Os quatro autos populares existem, ainda, no Rio Grande do Norte em sua forma mais tradicional. Esses autos possuem um núcleo dramatizado, ao redor do qual gravitam cantigas das mais diversas procedências – cantos iniciais, repassados de estrofes antiqüíssimas, saldando os donos da casa onde o brinquedo se apresenta; louvações ao Messias, pelo seu nascimento; aos Santos Reis; ao santo padroeiro do lugar; benditos de igreja; marchas guerreiras; embaixadas; toda uma farândola musical que se encerra pelos cantos de despedida: *“até para o ano, se nós vivos for”*. Além dos autos mencionados, existem outros, porém sem o brilho dos quatro primeiros. São o Pastoril, a Lapinha, e os Cabocolinhos. O tempo suprimiu-lhes o núcleo dramatizado, reduzindo-os a mera suíte coreográfica, com o acompanhamento de canto, caso do Pastoril e Lapinha, ou, até mesmo, sem esse acompanhamento Cabocolinhos. (GURGEL, 1995).

### **Os autos menores**

O **Pastoril** do Rio Grande do Norte guarda inda alguma coisa daquele espírito religioso que caracterizou através dos anos. Dois “cordões” de pastoras, azul e encarnado, cantam jornadas de saudação ao público, louvação ao Messias e exaltação ao próprio Pastoril. Esta é, aliás, a característica maior dos nossos pastoris – o espírito de emulação, entre os grupos da mesma cidade, manifestado nas jornadas de desafio ao rival. Infelizmente, nos dias atuais, não temos notícias de Pastoril autêntico atuando na Capital Natal. Entretanto, há muitos em atividade nas diversas cidades do interior do Estado: Carnaúba; Pedro Velho; São Paulo do Potengi; Campo de Santana; Nísia Floresta, entre outras. (CASCUDO, 1968).

A **Lapinha**, ao contrário do Pastoril, ainda nos dias atuais, é um folguedo tipicamente religioso. Não se profanizou. Não obstante sua apresentação guarda a mesma formação de alas ou “cordões” do Pastoril, dele diverge em pontos essenciais. O repertório de jornadas ainda é o mesmo dos tempos antigos, todas inspiradas em motivos religiosos, em particular no nascimento de Jesus Cristo. Não há Lapinha a figura irreverente do “Velho”, mas de um modesto “pastorzinho”.

E as pastoras, que se apresentam dançando com acompanhamento de maracás, vestem-se de maneira discreta, sem o exagero das meninas do Pastoril. Integram a orquestrinha: violão, cavaquinho e pandeiro; podendo variar. (CASCUDO, 1968).

Os **Cabocolinhos** do Rio Grande do Norte se distinguem de outros índios de fantasias por vários motivos: não restringem suas apresentações aos dias de Carnaval; não se vestem de penas; o ritmo de seus bailados é mais alegre e vibrante que o das tribos meramente carnavalescas do Estado; finalmente, porque não usam o arco-e-flecha apenas como instrumento de guerra, mas, sobretudo, como instrumento musical, que lhes dá ritmo para suas danças, realizadas ao som da gaita ou pife chamados, simplesmente de flauta.

Sua indumentária (túnica e calças compridas, guarneçadas de uma tanga do mesmo tecido) assemelha-se à dos antigos blocos carnavalescos potiguares, particularmente à dos Democratas e Tenentes do Diabo, da cidade de Areia Branca. O que os distingue dos bocós referidos é o capacete de penas (cocar), sobre a cabeça. Entre duas filas de Caboclinhos (14 em cada cordão), movimentam-se as figuras centrais do folguedo: Presidente, Matroá, Perós Mingus, Porta-Bandeira e suas auxiliares. Os bailados executados são: primeira Forma, Capão, Baiano Parte de Guerra, Lançadeira (dançada com cipós) e Despedida. (GURGEL, 1995).

### **As danças de roda**

**Coco**, numa roda formada por aproximadamente vinte pessoas, de mãos dadas e girando lentamente ao som dos “cocos” improvisados pelo solista (o “coqueiro”), um ou mais dançarinos exibem suas virtuosidades coreográficas. Exausto de dançar, os participantes do centro convidam um ou mais parceiros da roda, para substituí-los. O acompanhamento das cantigas, os cocos, é feito com instrumentos de percussão, tambores de variados tamanhos. As cantigas, compostas de estrofes tradicionais ou improvisadas, caracterizam-se por um estribilho curto, repetido incansavelmente pelo grupo, enquanto todos dançam, no girar da roda. Em, Canguaretama, existe um Coco-de-Roda, comandado outrora

por D. Maria de Belchior, atualmente sob a orientação de José Soares Duarte, o Zeca de Lia. (GURGEL, 1995).

**O Babelô**, é uma festa sofisticada do Coco-de-Roda que sofreu visível influência do ritmo e coreografia do samba. A indumentária dos participantes é caracterizada por uma roupa de duas peças. Nos homens, calças brancas e blusão estampado; nas mulheres, saia estampada no mesmo padrão da blusa masculina e uma blusa branca decotada.

Os homens usam chapéu de couro e as mulheres lenço branco na cabeça. Dançam em círculo batendo palmas, enquanto um ou dois participantes se exibem no centro. O acompanhamento musical é feito com grandes tambores, que recebem nomes característicos, e por um pequeno, denominado “chama” devido ao som agudo que emite. O grupo tradicional de Babelô, em Natal, era o “Asa Branca”, de Severino Guedes, no bairro do Alecrim. Com a morte de Severino, o Babelô não brincou mais, permanecendo inativo. Com o nome de Coco-de-Zambê, há grupos espalhados pelas praias e vilas do litoral leste do Estado, como o de Cabeceiras, em Tibau do Sul. Outros grupos são os de Santo Antonio e São Gonçalo do Amarante. (GURGEL, 1995).

**O Maneiro-Pau** também variação do coco-de-roda, os dançarinos se apresentam vibrando pequenos bastões, simulando uma luta, dois a dois. Em Natal, não há acompanhamento de instrumentos musicais para os cocos cantados. O ritmo das cantigas é marcado pelo entre-choque dos bastões. No Rio Grande do Norte, o Maneiro-Pau é característico da zona serrana do Alto Oeste potiguar. Durante um encontro de cultura popular promovido pelo MOBREAL, em Natal, no ano de 1977, apresentaram-se grupos daquela região, destacando-se, entre eles, o representante do município de Dr. Severiano, com muita segurança no canto e na dança. Um detalhe a ressaltar nesses grupos de Maneiro-Pau é a presença de figuras dos antigos Reisados agregados ao bailado. (GURGEL, 1995).

### **Os Ciclos Festivos:**

### **Festa de São João – Bandeirinhas e Capelinha-de-Melão**

Pertencem ao ciclo junino as danças da Capelinha-de-Melão e das Bandeirinhas. A primeira imita a Lapinha na disposição das pastoras em cordões e no elenco das jornadas. Enquanto na Lapinha se homenageia o Messias, o Salvador, na Capelinha, o alvo das salvações e louvações é São João Batista, o Precursor. Há algumas décadas, grupos de Capelinha-de-Melão se apresentava durante o ciclo junino, em nossa capital vindo das cidades vizinhas.

A Dança das Bandeirinhas só existe na cidade de Touros. Dança sincrética, na qual o profano e o religioso coexistem. Nos números coreográficos apresentados – louvações ao Senhor São João, cantadas ao lado de animados números do mais autêntico forró, dançado aos pares – a dança das Bandeirinhas é privativa do sexo frágil, só participando senhoras e mocinhas. Na primeira fase, o brinquedo acontece num recinto fechado, diante da bandeira de São João Batista. Após as danças, o grupo, em cortejo, desfila pelas ruas da cidade em altas horas da noite.

Com a bandeira em punho, atravessa a cidade indo até o rio Maceió, onde, após o tradicional banho e ao som de estrofes alusivas ao ato, retorna à casa de onde saíra para o encerramento. (GURGEL, 1995).

### **Festa de N. S. do Rosário – Dança do Espontão.**

Durante este ciclo, os negros pertencentes às Irmandades de N. S. do Rosário dos Pretos, na região do Seridó, realizam cerimônias para marcar o transcurso da Festa de sua padroeira. Atualmente, essas festividades, que já abrangeram diversas comunidades seridoenses, limitam-se às cidades de Caicó e Jardim do Seridó.

Durante as solenidades programadas para a época da festa, destacam-se a coroação dos reis negros, anualmente eleitos, e a apresentação da Dança do Espontão, pelas comunidades de negros espalhados nos municípios mencionados. A festa mais imponente é a de jardim do Seridó, que acontece nos dias 31 de dezembro e 1º de janeiro, com a participação dos negros da

comunidade da Boa Vista, município de Parelhas. A Dança do Espontão já foi estudada por Luis da Câmara Cascudo e Veríssimo de Melo, em diferentes épocas. Mais recentemente, temos registro da mesma pelo jornalista Vicente Serejo.

Durante os dias da festa, os negros do Espontão desfilam pelas ruas da cidade, em visita às pessoas importantes ou atendendo a convites para outras residências, onde dançam. Durante cortejo e procissão realizados em homenagem aos reis negros, o grupo do Espontão desfila, incorporado aos demais, sem, no entanto, dançar.

Compõem o grupo do bailado: Capitão Lança, o Porta-Bandeira (bandeirista), os músicos (três tambores e um pífano) e os lanceiros, cujo número varia de seis a doze. Não há canto. A coreografia simula um bailado guerreiro, com movimentos de ataque e defesa. Não há uniforme especial. Os integrantes do grupo usam calças comuns e camisa branca com detalhes azuis na gola e mangas. Na cabeça, um pequeno gorro militar. Espontão é a lança maior, que deu nome ao pequeno gorro militar. Espontão é a lança maior, que deu nome ao bailado. (GURGEL, 1995).

### **FESTA DE São Gonçalo – Dança de São Gonçalo**

São Gonçalo é uma dança votiva realizada em pagamento de promessas ou apresentada no dia em que se comemora a festa do santo, 10 de janeiro. Duas alas de dançadeiras se apresentam diante de um altar onde se encontra a imagem de São Gonçalo. Elas dançam doze jornadas encabeçadas por dois guias; o primeiro tocando viola e o segundo um pequeno tambor. Tradicionalmente, a 12ª jornada pertence ao promotor da festa, em cuja casa se realiza a função. Ele puxa as estrofes enquanto os dançarinos executam as diversas figurações e respondem, em coro, aos versos cantados.

Atualmente, há dois grupos: o de São Gonçalo, no oeste potiguar, nas cidades de Portalegre e São Miguel, ambas na zona serrana; e o de Portalegre, que é o mais tradicional. Seus integrantes distribuem-se pelos sítios “pêgas”,

“arrojado” e “São Domingos”. Seus componentes são de cor negra, o que dá um realce especial aos vestidos brancos das dançarinas. Os vestidos são enfeitados com fitas trespassadas nos ombros, caindo para a cintura, e outras pregadas nas saias, em forma de laço. As fitas são de cores vermelha e azul, tradicionais no folclore nordestino. — Algumas das figurações adaptadas durante a dança recebem os seguintes nomes: “trancelim”, “trancelim de cruz”, “trancelim de quatro”, “meia volta”, “dança da cobrinha”, e outros. A dança de São Gonçalo é das mais antigas do estado.(GURGEL, 1995).

Além dos altos populares, das diversas danças de roda derivadas de Coco e de algumas outras danças cíclicas do Rio Grande do Norte, existe em Natal um grupo com peculiaridades próprias. Trata-se do “**Araruna**”, oficialmente organizado a partir de 1956 como “Sociedade ARARUNA de Danças Antigas e Semi-Desaparecidas”, única do estado com estatutos registrados e sede própria.

O grupo de danças de Araruna apresenta-se com oito ou dez pares de dançarinos que executam, ao estilo das danças aristocráticas de salão, diversos números, alguns dos quais tipicamente folclóricos, outros folclorizados. Xote, Valsa, Polca, são dançados ao lado do “Caranguejo”, “Bode”, “Besouro”, “Araruna” (CASCUDO 1963).

O acompanhamento das danças é feito com sanfona e instrumento de percussão. Os dançarinos não cantam. Sabe-se, no entanto, que essas dançam tinham acompanhamento de cantigas próprias. Os cavaleiros usam casaca e cartola. As damas, longos vestidos de saia rodada. Tudo ao estilo dos aristocratas do século passado. (CASCUDO, 1963).

A Araruna, sociedade de danças antigas e semidesaparecidas, de Natal, cujo fundador foi Cornélio Campina da Silva, em 1948, subsiste até hoje, fazendo diversas apresentações para o público potiguar. Em 1954, o grupo foi oficialmente registrado, e hoje conta com 48 dançarinos, divididos em dois grupos: 28 adultos e 20 crianças, com idade entre 8 e 10 anos. Segundo *seu Campina*, o grupo é muito unido e ama o que faz, porém a principal dificuldade está no fato de o seu principal mestre, residir no bairro de Mãe Luiza, e tem 94 anos de idade, tendo dificuldade de se deslocar até os ensaios. (CULTURA, Primeira página 2001, p.7).

O grupo conta com um repertório de 15 músicas, ensaiadas com harmonia, são músicas: típicas e folclóricas, como de roda, xote e valsa, misturada a um figurino próprio.

O grupo Araruna tem seus valores estimados não só pelos potiguares, mas por outros estados, que já assistiram suas apresentações. O seu fundador tem desempenhado esforços para que não desapareça esta dança, tendo em vista que não tem recebido por parte das autoridades competentes o devido apoio. Riqueza passada de geração para geração em forma de danças. Danças simples, mas com um futuro ao qual não se esperava alcançar quando da *criação do grupo*.

“Cornélio Campina da Silva, numa despreziosa festa de São João, em 1948, quando formou um grupo para quadrilha chamada São João nas Rocas. Logo após a apresentação, a nostalgia tomou conta dele: as danças tradicionais da avó e das tias despertaram, quando criança, à vontade de resgatar aquela alegria que trás a dança de roda. No ano seguinte, a apresentação da quadrilha antecedia a festa que estava a surgir. Um grupo devidamente ensaiado entrava em cena e mostrava toda a Araruna, Sociedade de Danças Antigas e Semidesaparecidas”.  
(CULTURA, 2001, p. 7)

Destas danças tradicionais do Rio Grande do Norte, poucas delas subsiste em Natal, apesar de existirem desde o século XIX. O Boi-calemba de Manoel Marinheiro existe no bairro de Felipe Camarão, próximo ao santuário da Cabocla. Manoel já organizou um boi-mirim, para quando o seu boi desaparecer.

Ele mudou-se para Natal, originando o grupo local, pois anteriormente, havia somente representatividades vindas do *interior*, como Ceará-Mirim, e São José de Mipibú. Existem grupos em São Gonçalo do Amarante, Santa Cruz do Inharé, Nísia Floresta, Bocas (comunidade de Pedro Velho). (CASCUDO 1963). O Congos existe na praia de Ponta Negra (Congos de Calçolas), que tem aproximadamente 150 anos de existência, cujo responsável é Zé Correia, filho de Sebastião Correia, que recebeu o ofício de outro membro da família.

No interior do estado existe ainda o Fandangos em Canguaretama e Georgino Avelino; congos em Ceará-Mirim; dança de cocos, Zambê e Babelô nas praias do litoral sul; Espontão no Seridó, Maneiro-pau dançado em Doutor Severiano e São Miguel.. (CASCUDO 1963).

## **Outros elementos da Tradição Popular Norte – Rio – Grandense**

### **Cultos Populares**

No início do século XX, o choque entre a cultura europeizada das elites e a cultura das classes populares urbanas, provocou o surgimento de duas tendências religiosas na cidade do Rio de Janeiro. Na elite branca e na classe média vigorava o catolicismo; nos pobres das cidades (negros, brancos e mestiços) era grande a presença de rituais originários da África que, por força de sua natureza e das perseguições policiais, possuíam um caráter reservado. Na segunda metade deste século, os ocultos de origem africana passaram a ser freqüentado por brancos e mulatos oriundos da classe média e algumas pessoas da própria elite. Isto contribui, sem dúvida, para o caráter aberto e legal que estes cultos vêm adquirindo nos últimos anos. (CARNEIRO, 1967).

Esta mistura de raças e culturas foi responsável por um forte sincretismo religioso, unificando mitologias a partir de semelhanças existentes entre santos católicos e orixás africanos, dando origem ao Umbandismo. Ao contrário do Candomblé, a Umbanda possui grande flexibilidade ritual e doutrinária, o que a torna capaz de adotar novos elementos. Lembramos, a incorporação de divindades de origem indígena (o caboclo) nos rituais umbandistas, nos últimos quarenta anos. (CARNEIRO, 1967).

A freqüência a estes cultos justifica-se por opções de fé, dificuldades na vida profissional, na afetiva, por doenças, motivações artísticas e científicas. Os terreiros de umbanda são, portanto, locais onde se buscam soluções para os problemas da população urbana, principalmente da mais pobre. Isto ocorre no

momento da consulta, quando o público presente faz os seus pedidos aos orixás. (CARNEIRO, 1967).

Crendice é uma crença incongruente e insólita, gerada pelo medo doentio de pessoas que possuem religiosidade exaltada. O medo é o grande gerador dos crendeiros: Medo do inferno, medo do diabo, medo do purgatório, medo de pecar, medo de ser perseguido pôr espíritos inferiores, medo de feitiço. Todas essas fobias criam pessoas crendeiros e supersticiosas e, concomitantemente, um sincretismo de crenças, engendradas Para transformar pecados em virtudes. (CARNEIRO, 1967).

O Crendeiro é um fabulador. Sente surgir de tudo que o cerca um mistério atemorizante; um temor duentio que o faz viver num arrebatamento de duvidas acerbas; em tudo descobre um mau pressagio, porque em tudo acredita a seu modo. (CARNEIRO, 1967).

No Rio Grande do Norte as manifestações sócio-religiosas demais destaque são:

\* **Nossa Senhora dos Impossíveis:** No Rio Grande do Norte, é a maior devoção popular. Seu santuário está localizado na Serra do Lima (Patú-RN) há 63 léguas distante de Natal. A festa tradicional ocorre no dia 21 de novembro, com a presença maciça de fieis e turistas de todo o nordeste. Segundo a oralidade, Zé Leão (agricultor da região), nos idos de 1877, teria desentendido com José Porfiro (outro agricultor) por questões de terra, e este teria o assassinado, cujo crime teria ficado impune. E tempos depois, José Porfiro é visto rezando ajoelhado pela alma do homem que assassinara no local onde hoje está a devoção, fato que foi logo imitado pelas beatas, tendo surgido posteriormente os milagres.

\* **Santos Reis:** a maior devoção de Natal é a dos Santos Reis, que ocorre em 06 de janeiro na capela do bairro do mesmo nome, onde estão as imagens dos Reis Magos.

\* **Padre João Maria:** Outra devoção popular natalense. Este, um antigo vigário da catedral, que o povo considera *santo da cidade*, pois o mesmo em vida visitava os doentes e os ajudava, por toda parte, tendo iniciado campanha para a construção de uma nova igreja, ele próprio carregando pedras na cabeça. (CASCUDO, 1958).

## A Culinária

As opções gastronômicas, oferecidas nas cidades nordestinas, são ricas e variadas. Sob influência européia, africana e indígena, a culinária da região se esmerou e adquiriu sabor próprio. Com suas múltiplas formas de preparo e sabor, a cozinha nordestina entrega ao visitante uma árdua tarefa: descobrir qual é a melhor tradução do espírito deste povo.

Tudo o que vem do mar é saudável e saudável se mantém nos pratos feitos com frutos do mar, peixes, lagostas, lagostins, camarões, caranguejos, siris e sururus. Como ótimo tira-gosto temos agulhas fritas, muitas vezes fresquinhas, trazidas da jangada para serem fritas e servidas à beira-mar. Temos ainda deliciosos aperitivos do mar como ostras, polvos, lulas, além de casquinhas de caranguejos.

Nas moquecas em geral, e em especial nas de camarão e lagosta, o leite de coco é um ingrediente indispensável. O coco foi introduzido na região pelos portugueses a partir do ano de 1535. Desde então, tornou-se um importante alimento para o nordestino, sendo bastante utilizado na culinária. Hoje, o coco é a marca registrada do tropicalismo da região. (CASCUDO, 1971, P.19)

Não só do mar vem à inspiração para a cozinha nordestina, do sertão potiguar vem à receita para o preparo da carne de sol, presente na mesa dos nordestinos de todos os Estados. Para obter uma deliciosa carne de sol, a carne fresca deve ser salgada e enxuta pelo sol ardente da região. É uma ótima opção em muitos restaurantes das várias capitais, sendo servida com feijão verde, macaxeira cozida, farofa e a característica manteiga de garrafa (líquida). Alguns restaurantes podem servi-la com pirão de leite ou com arroz e feijão. A sobremesa mais apropriada para finalizar essa refeição é o queijo coalho assado e coberto com mel de engenho ou melaço. (CASCUDO, 1971).

Comidas preparadas à base de milho marcam uma presença constante na mesa do nordestino. Com o milho fazem-se bolinhos, cuscuz (prato diário), canjicas e pamonhas (estas com consumo maior nas festas juninas). As frutas

regionais como acerola, carambola, goiaba, manga, pinha, sapoti, dentre tantas outras, servem para o preparo de doces, sucos e sorvetes. Há ainda as imperdíveis batidas, bebida alcoólica à base de frutas como maracujá, coco, pitanga (CASCUDO, 1971).

As comidas tipicamente nordestinas refletem a vida do povo, os vegetais, animais e frutos que estão presentes no seu habitat e que podem suprir as necessidades de alimentos. Da confluência destes fatores surgem os pratos típicos, as saborosas novidades da região; destacam-se, galinha de cabidela, buchada, mão de vaca ou chamberil, sarapatel, bode guisado ou guisado de cabrito, bode assado, bobó de camarão, vatapá, acarajé, sururu, arroz de cuxá (MA) e muitas outras. Seguem algumas receitas típicas: galinha de cabidela, buchada, mão de vaca ou chamberil, sarapatel.

Não demorou muito e as credences lusitanas logo foram absorvidas pelos povos colonizados. Se de um lado, os portugueses após degustarem as mais variadas iguarias se dirigiam às missas para rezarem aos santos católicos; de outro lado, os índios negros adaptavam a comemoração no culto aos orixás e às forças da natureza.

De lá pra cá, a tradição lusitana ganhou novos elementos, dependendo da região brasileira aonde chegavam. No sudeste, por exemplo, existe um saudável rito de comer 12 uvas mergulhadas em creme a fim de assegurar um ano cheio de farturas. No entanto, uma outra opção culinária criou raízes em algumas cidades pernambucanas e norte-riograndenses - a rabanada, uma sugestão portuguesa de pai e mãe. Essa fatia de pão envolta canela e açúcar e que em Portugal é conhecida como “parida” – garante a crença - traz alegria e amor para quem a degusta.

*“A rabanada surgiu no norte de Portugal, mas atualmente ela é produzida em todas as cidades lusitanas, especialmente na região do Douro”, explica o chefe de cozinha do Hotel Pestana, Julio Machado. (Tribuna do Norte, Cadernos, 30. 12. 02, p. 6).*

A outra sugestão de Julio, tem o salmão como um dos principais ingredientes. Trata-se do Darne de salmão. A dica gastronômica é, de igual modo,

em volta em crenças populares. Segundo reza a lenda, o salmão assegura coragem para enfrentar os desafios. Por ser um peixe que encara as correntezas para desovar, simboliza o destemor e a realização dos objetivos mesmo em meio as dificuldades.

A *Carne de Sol*, poucos sabem os verdadeiros segredos, quando o assunto é o preparo da Carne de Sol. O principal prato típico do Rio Grande do Norte é servido com arroz branco, macaxeira, farofa d'água e feijão verde, regado com manteiga de garrafa (ou manteiga da terra). *Paçoca* é a carne de sol e carne de charque assada batidas em pilão com farinha de mandioca. Depois de pronta, se junta o feijão verde cozido e a cebola roxa picadinha. Esse é o processo mais comum, contudo, existem muitas variações da receita. (GURGEL, 1995).

*Galinha à Cabidela*, cortada pelas juntas, à galinha se junta o sangue anteriormente colhido, durante o abate, e batido com vinagre para não talhar. Tudo é cozido junto. É servida com arroz e feijão verde regado com manteiga de garrafa (ou manteiga da terra). Embora também seja um prato inusitado, é louvado como um dos melhores da região. *Carneiro Guisado*, servido com arroz e farofa feita com o próprio molho em que foi cozido o carneiro. *Buchada*, especialidade inusitada pode deixar um desavisado assustado, mas as víceras e outros miúdos de carneiro picado e cozido dentro de saquinhos feito de bucho do carneiro, têm conquistado muitos admiradores. É servido com arroz e pirão elaborado com carne e caldo em que foi cozida a buchada. (GURGEL, 1995).

*Peixada*, postas de peixe cozidas em água e sal com tempero verde, cebola e tomate. É servida com arroz branco, salada de verdura e pirão feito com o caldo em que foi cozido o peixe. Com entrada, é servida uma sopa feita com a cabeça de peixe. *Ensopado de Caranguejo*, carne de caranguejo desfiada e cozida em água e leite de coco, tempero verde, cebola e tomate. É servido com arroz branco. *Camarão*, camarões descascados, temperados com alho e sal e fritos na manteiga, o ensopado de camarão cozido no leite de coco, tempero verde e cebola. (GURGEL, 1995).

*Tapioca*, farinha de mandioca peneirada, frita em uma frigideira sem gordura, podendo-se rechear com peixe frito, queijo de coalho ou queijo de manteiga ou manteiga de garrafa (ou manteiga da terra). (GURGEL, 1995).

### **Medicina Popular:**

A *medicina popular* ou *rústica* é a utilização pelo povo de drogas, substâncias, gestos ou palavras para obter mais saúde para as pessoas. Não é apenas uma coleção de plantas medicinais, usadas para prevenir e curar doenças. Há também o seu lado mágico, suas ações e orações que o povo utiliza na cura dos seus males físicos e mentais. (CAMPOS, 1965).

É uma herança que os índios nos deixaram e uma das mais antigas formas de tratamento de doenças. Os africanos também trouxeram suas ervas nativas que se mesclaram com especiarias do Oriente. Os portugueses disciplinaram o seu uso e inventaram com mais profundidade as propriedades terapêuticas de cada planta, cabendo aos jesuítas as anotações, o que fez com que fossem difundidas pela Europa e o mundo científico, as propriedades terapêuticas, por exemplo, do quinino, da ipecacuanha e do curare. (CAMPOS, 1955). ]

A sua origem pode ter sido observação. Vendo o *teju* lutar com uma cobra venenosa e, ao ser picado por ela, parar a luta e comer um pedaço de batata de *cabeça de negro* como antídoto ou vendo um cachorro comer capim para curar suas dores de barriga, o homem primitivo descobriu que certas plantas curam alguns males. (CAMPOS, 1955).

O uso de remédios feitos com flores, frutos, folhas, raízes e tubérculos de determinadas plantas é tão antigo quanto os primórdios da história da humanidade. Asiáticos, europeus, africanos, americanos e australianos sempre buscaram e continuaram encontrando nas plantas alívio ou cura para os seus males. (CAMPOS, 1955).

Os laboratórios farmacêuticos só começaram a se desenvolver no início do século XX. Nas décadas de 1920 e 1930, os remédios eram preparados de forma artesanal – ou avisados, como se dizia na época nas *boticas* ou *farmácias*.

No Brasil, ela é o resultado de uma série de aculturações de técnicas utilizadas pelo português, pelo indígena e pelo negro. A contribuição do pajé ameríndio, do feiticeiro negro e do bruxo europeu foi de tal maneira misturada que hoje seria difícil distinguir o que é puramente indígena, negro ou branco. Existe várias formas de medicina popular: a *fitoterapia*, a *medicina mágica*, a *medicina mística* ou *religiosa*, a *medicina escatológica* ou *excretoterapia*. (CAMPOS, 1995).

A fitoterapia é a que utiliza as plantas medicinais, através de chás, lambedores, garrafadas, unguentos, purgantes, emplastos, remédios populares que são chamados de meizinhas na região Nordeste do Brasil. Algumas das meizinhas mais comuns são: folha de pimenta, em forma de emplastro, para picada de marimondo; chá da folha do abacateiro para problemas renais; sumo de malva com mel, para tosse; água de arroz adocicada ou chá da folha de pitomba, para hemorragias; sumo de arruda, para convulsões.

A *medicina mágica* procura curar o que de estranho foi colocado pelo sobrenatural no doente ou extirpar o mal que o faz sofrer. Está muito vinculada aos ritos afro-brasileiros e indígenas, especialmente os de macumba, candomblé ou umbanda e dos catimbós. Baseia-se também em tabus alimentares ou de conduta. (ARAÚJO, 1999).

Os índios nos transmitiram os preceitos mágicos da cura pela defumação; dos negros malés, vindos da Nigéria, assimilamos os conceitos do mágico e dos demônios como causadores de doenças. As técnicas empregadas na medicina mágica são as *benzeduras*, conjunto de rezas, gestos ou palavras ditas por pessoas especializadas como o curador, *rezador ou benzedor*, as *simpatias*, uma forma de benzedura, mas que podem ser executadas por qualquer pessoa; os *patuás*, *amuletos*, *santinhos* e *talismãs*, elementos materiais capazes de prevenir e evitar doenças e perigos, entre outros. (ARAÚJO, 1999).

A *medicina mística* ou *religiosa* usa a sua religião como força mágica da cura. Faz-se uma adivinhação simbólica para saber qual é a divindade ofendida, pela quebra de um tabu ou desobediência de uma determinação divina e, através de ritos, busca-se homenageá-las, como, por exemplo, é feito no *candomblé*. Na devoção popular alguns santos da religião católica romana são invocados como

especialistas em um ramo da medicina. Um as orações visam à proteção das pessoas, outras, a cura das doenças: São Sebastião cura feridas; São Roque cura e evita pestes; São Lourenço, dor de dentes; São Brás protege das enfermidades da garganta e salva de engasgos; rezas para São Bento protege contra mordidas de cobras, insetos venenosos e cães hidrofóbicos; Santa Luzia as doenças dos olhos; Santa Ágata os pulmões e vias respiratórias; São Lázaro a lepra e as feridas sérias; São Miguel os tumores malignos e benignos; Nossa Senhora do Bom Parto a gestação e o parto.(CARNEIRO, 1967).

A chamada *medicina escatológica* ou *excretoterapia* utiliza como método terapêutico substâncias ou ações repugnantes ou anti-higiênicas, como fezes, urina, saliva, cera de ouvido. Estas práticas muito antigas, já eram utilizadas pelos egípcios. No Brasil, especialmente na região Nordeste, algumas fórmulas da excretoterapia, ainda são muito comuns, como o uso de saúva torrada com café para crises de asma; chá de fezes de cachorro embranquecidas pelo sol, contra o sarampo; estrumo úmido, friccionado na pele, para curar frieiras; urina de vaca adicionada ao leite para tratar a coqueluche; a saliva logo ao se levantar, antes de falar qualquer palavra, serve para curar ferida. (ARAÚJO, 1999).

A medicina popular nunca deixou de existir no Brasil, principalmente no Nordeste, onde continua sendo largamente usada tanto no litoral como no agreste e no sertão, especialmente pela população de baixa renda, que não dispõe de recursos para comprar produtos farmacêuticos. (ARAÚJO, 1999). Conforme atesta o Prof<sup>o</sup> Veríssimo Melo, sobre a medicina popular: "... é constituída de noções e credences transmitidas pelos escravos, negros, colonizadores lusos e índios". (MELO, 1997, p. 16)

Antes da implantação da indústria farmacêutica – o que, no Brasil, aconteceu nas primeiras décadas deste século o homem sempre procurou aliviar seus males apelando para as qualidades terapêuticas de certas plantas consideradas medicinais, costumes herdados dos antepassados dos nossos antepassados. (ARAÚJO, 1999).

E mesmo com o progresso tecnológico da indústria farmacêutica, os laboratórios ainda continuam usando as mesmas plantas (raízes, folhas,

tubérculos e frutos) na fabricação da maioria dos remédios consumidos nos quatro cantos do mundo. E tanto é assim que a Suíça e outros países sempre importaram plantas medicinais brasileiras que, após sua industrialização, nos são devolvidas em forma de medicamentos vestidos com bonitas embalagens. (ARAÚJO, 1999).

E a importância das plantas medicinais brasileiras é considerável, desde os tempos da colonização. Quando Guilherme Piso chegou ao Recife, em 1637, na qualidade de médico do príncipe Maurício de Nassau, “reconheceu a superioridade de terapêutica indígena” – segundo Rui dos Santos Pereira – que afirma: Para se ter uma rápida visão da medicina europeia do século de Piso (o século XVII), e muito tempo depois, basta recordar que a farmacopéia de Edimburgo (Alemanha) contava, entre seus medicamentos, receitas à base de crânios de homens mortos em acidentes, secundina, fezes humanas, urina e pó de múmias, que só seriam retirados na edição de 1756, um século depois do livro de Piso. (CAMPOS, 1955).

Os médicos portugueses não faziam por menos e utilizavam esterco de ovelhas para deter hemorragias vaginais. As farmácias dos jesuítas ficaram célebres na época colonial. Existe, nos arquivos da companhia, uma coleção de receitas de valor estimável. E no meio de notícias muito curiosas, necessárias para uma boa direção e acerto contra as enfermidades, encontramos o cozimento para virgindade perdida, do irmão-boticário Manuel de Carvalho. (CAMPOS, 1955).

E o que encontrou Guilherme Piso *apud*, (CAMPOS, 1955), entre os indígenas de Pernambuco, que tomavam três banhos por dia, mais asseados do que os europeus colonizados que não gostavam lá muito de água? Uma terapêutica muito natural, à base de plantas: *“Os índios prescindem de laboratórios, ademais, sempre têm à mão sucos verdes e fresco de ervas. Em vez dos remédios compostos de vários ingredientes, preferem os mais simples, em qualquer caso de cura, visto que por estes medicamentos os corpos não ficam tão irritados”* adverte Piso.

Como terá nascido a medicina ortodoxo? Como e por que os homens começaram a usar certas plantas como remédios? Talvez vendo o teju lutar com

uma cobra venenosa e, ao ser pela mesma picado, suspender momentaneamente a lutar para comer um pedaço de batata de cabeça-de-negro como antídoto ou observando o cachorro comer capim para curar suas dores de barriga, é que o homem primitivo procurou imitar o comportamento dos animais quando doentes, para descobrir que determinadas plantas eram e continuam até hoje sendo capazes de curar muitos dos males que determinadas plantas eram e continuam até hoje sendo capazes de curar muitos dos males que atacam o organismo humano. É uma suposição nossa, apenas, de vez que ninguém consegue saber como determinadas coisas começaram a existir a ser, a acontecer. Trata-se de uma suposição que tem sua logicidade, pois foi vendo o gato cavar um buraco no chão para defecar e, em seguida, cobrir suas fezes que John Harrington inventou a privada, em 1596, e que somente no século XVIII foi instalada no Palácio de Versailles. (ARAÚJO, 1999).

A verdade é que a medicina empírica nunca deixou de existir no Nordeste, onde continua sendo largamente usada tanto no litoral como no agreste, no sertão, principalmente pela população de baixa renda, sem recursos para comprar os produtos farmacêuticos industrializados que estão custando os olhos da cara. (ARAÚJO, 1999).

E depois, então, que a Organização Mundial de Saúde (OMS) recomendou o uso dos remédios populares em virtude de os mesmos não produzirem efeitos colaterais, a medicina folclórica passou a ser alvo da atenção de parte da imprensa, do rádio e da televisão. (ARAÚJO, 1999).

Todos esses meios de comunicação proporcionaram os mais diversos enfoques, mostrando a importância e o valor das plantas medicinais brasileiras. Duas ou mais revistas especializadas, estão circulando mensalmente com sucesso e muitos livros foram publicados sobre o assunto, enriquecendo, assim, sua bibliografia que, por sinal, já era bem vasta.

E a medicina popular, que andava até um pouco esquecida nos grandes centros, passou a ser usada por pessoas de todas as classes sociais, não somente como portadora de novas esperanças de cura como também uma solução econômica para grande parte da população brasileira.

As raízes da medicina popular estão gravadas na Bíblia:

“E ele me mostrou um rio da água da vida, resplandecente como cristal, que sai do trono de Deus e do cordeiro. No meio de sua praça, e de uma outra parte do rio, estava a árvore da vida, que dá doze frutos, produzindo em cada mês seu fruto e as folhas da árvore servem para a saúde das gentes”. (Apocalipse: 22,1-2).

À medida que os santos homens iam pregando a palavra de Deus entre os povos do mundo, a medicina popular ia se propagando, e os povos procuravam encontrar a árvore da vida experimentando todos os arbustos que encontravam para curar seus males, - dando, assim, a origem da medicina ortodoxa, folclórica, a medicina do povo.(CAMPOS, 1955).

Os sábios de então, por sua vez pensavam em encontrar um rio da água da vida. E como eram sábios, naturalmente sabiam mais do que os povos que quase nada sabiam. E como a palavra de Deus chegava ao conhecimento deles através de parábolas, entenderam, depois que fizeram experiências trata-se de mera suposição de nossa parte que tinham de procurar um líquido que curasse os males das gentes, quer esse líquido fosse o suco de frutos ou tubérculos das plantas, quer o líquido fosse encontrado em fontes milagrosas. (CAMPOS, 1955).

Mas os povos, quando adoeciam, procuravam desordenadamente, encontrar nas diversas espécies de plantas, uma maneira de ficarem restabelecidas das doenças que contraíam por forças das adversas condições sanitárias em que viviam. E assim, tropeçando nos erros e acertos, os povos desde primeiras eras, só dispunham dos remédios que criavam, feitos com as diversas partes das plantas até mesmo com pequenos animais, dando assim, asas a imaginação, a inventiva, a criatividade. E por conta desses métodos ortodoxos é que foram surgindo, também, os remédios mais curiosos e pitorescos que já tiveram notícias. (CAMPOS, 1955)

É assim que o nordestino pobre, sem contar com a rede de Saúde Pública, procura, quando está doente, ficar bom para que possa cuidar do seu roçado, do

seu trabalho. É assim que o imaginário popular sempre caminhou, de mãos dadas com o sonho da saúde e da cura. (ARAUJO, 1999).

### 1.3 ALGUNS ASPECTOS DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL.

Quaisquer que sejam as considerações sobre o tema da educação de jovens e adultos no Brasil é preciso registrar que, ao longo de sua história, essa experiência escolar tem sido permeada pelo estabelecimento de vínculos com as idéias dominantes dos seguimentos promotores e, de modo geral, estão impregnadas pelas demandas do momento socioeconômico em que são concebidas. São propostas que se articulam ao debate sobre o desenvolvimento econômico do país e as solicitações de uma força de trabalho com maior escolaridade, originárias do processo industrial emergente, cenário também válido para outros países da América latina.

Em sua trajetória as proposições vem sendo modificadas a partir dos novos requerimentos, quer da sociedade quer do trabalho, influenciando na ampliação de sua abrangência, tanto no que se refere ao público-alvo quanto ao foco dos programas. Nos últimos anos, os jovens que prematuramente abandonaram a escola vem sendo alvo prioritário de ações que propõem uma orientação metodológica que permita ir além da alfabetização e desenvolva conteúdos voltados para o cenário contemporâneo. Tomando com referência os programas para adultos gestados no âmbito do poder público, alguns momentos são significativos em sua conformação e em sua trajetória.

A partir dos anos 30, decorrente da consolidação do sistema público de elementar, da emergência do processo de industrialização e da concentração da população que, na década seguinte, registram-se ações voltadas para a extensão da educação aos adultos. São ações que ganham impulsos após a 2ª Guerra Mundial, com fim da ditadura de Vargas e com o movimento de redemocratização

que se instaura no país, contribuindo para a integração do tema educação de adultos às proposições de educação alimentar.

Ao longo dos anos 40 houve um entusiasmo com relação a esse tema que culminou, em 1947, com o lançamento da Campanha de Educação de Adultos, sob a coordenação de Lourenço Filho. O campo teórico pedagógico definido partia da idéia de que o analfabetismo era causa e não efeito da situação econômica, social e cultural do país e o adulto analfabeto era visto como incapaz e marginal, Identificado psicológica e socialmente com a criança.

Essa concepção, duramente questionada, foi sendo revistada ao longo da Campanha. Com apoio em estudos da psicologia, o adulto analfabetico passou a ter sua capacidade de raciocínio e de resolução de problema reconhecida. A nova abordagem contribuiu para que o Ministério da Educação produzisse material didático específico para ensino e leitura para os adultos.

A despeito das conquistas, muitas críticas foram dirigidas à Campanha tanto as suas deficiências administrativas e financeiras, quanto a sua orientação pedagógica, enfraquecendo o movimento.

Essas críticas contribuíram para a formulação de uma nova visão sobre o problema do analfabetismo e a conformação de um novo paradigma pedagógico sobre a inspiração do educador Paulo Freire, tendo orientado os principais programas de alfabetização e educação popular que se realizaram no país nos anos 60.

Assistiu-se, nessa época, ao fortalecimento do debate sobre o tema da educação de adultos que passou a contar com o envolvimento de estudantes, intelectuais e católicos integrantes de movimentos populares e centro de estudo, culminando com a aprovação do Plano Nacional de Alfabetização, em Janeiro de 1964. O Plano que previa a difusão dos programas de alfabetização de adultos em todo o país orientava-se pelo ideário de Paulo Freire.

O paradigma pedagógico que se construiu nessas práticas baseava-se num novo entendimento da relação entre a problemática educacional e a problemática social.

Antes apontado como causa da pobreza e da marginalização, o analfabetismo passou a ser interpretado como efeito da situação de pobreza gerada por uma estrutura social não igualitária. Era preciso, portanto, que o processo educativo interferisse na estrutura social que produziu o analfabetismo. A alfabetização e a educação de base de adultos deveriam partir sempre de um exame crítico da realidade existencial do educando, da identificação das origens de seus problemas e das possibilidades de superá-los.

A parti dessa concepção, Paulo Freire estabeleceu uma profunda crítica a educação bancária, difundido a idéia de que o processo educativo deveria interferir na estrutura social produtora do analfabetismo. No tocante ao pedagógico, essa nova compreensão deu origem ao que passou a ser denominado como “método Paulo Freire”, cujo ponto de partida, em linhas genéricas, está nas idéias de que “a leitura do mundo precede a leitura da palavra” e o educando é o sujeito da aprendizagem.

Para dar conta das questões, o material didático elaborado tinha como referência a realidade imediata do educando, estruturando-se a partir das “palavras geradoras”.

Ainda que a proposta de Paulo Freire buscasse alfabetizar o adulto em apenas três meses, seu principal “objetivo era, antes mesmo de iniciar o aprendizado da escrita, levar o educando a assumir-se como sujeito de sua aprendizagem, como ser capaz e responsável”, idéia que, com o advento do golpe militar de 64, foi considerada revolucionária, “subversiva” e impregnada de elementos questionadores do sistema político então instaurado.

A par da manutenção de grupos de resistência, assistiu-se, no período imediatamente posterior ao golpe de 64, à desestruturação do programa formulado por Paulo Freire e ao nascimento do Mobral Movimento Brasileiro de Alfabetização, proposta institucional gestada em um estado autoritário. O Mobral, ao mesmo tempo em que objetivava a erradicação do analfabetismo, trabalhava no sentido da legitimação da ideologia e do atendimento às solicitações oriundas do modelo de desenvolvimento sócio-econômico em curso no momento de sua

implantação. Foram difundidos, também nesse momento os cursos de suplência transmitidos pelo rádio e televisão.

O nacionalismo e o desenvolvimentismo presentes nas proporções foram objeto de amplo questionamento já na década de 70. Ao mesmo tempo, e provavelmente como desdobramento do viés economicista identificado, o tema da educação de adultos rearticulou-se a idéia de conscientização pessoal e política. Ainda que tal concepção estivesse referida a transmissão de conteúdos previamente definidos, tanto nessa década quanto na posterior, verificou-se que a educação política foi acompanhada pela desvalorização dos conhecimentos específicos e mesmo das habilidades básicas, como a leitura e a escrita.

Ainda ao longo dos anos 80, década identificada com o processo de reconstrução democrática, os programas para a população adulta passaram a prever maior tempo dedicando-se à alfabetização e à pós-alfabetização possibilitando a inserção de atividades próprias das diferentes disciplinas. Ocorre, nesse momento, a valorização da cultura e da realidade vivencial dos educandos como conteúdo no ponto de partida da prática educativa, favorecendo a incorporação de um caráter crítico, problematizador e criativo aos programas formulados. Novas perspectivas foram desenhadas para aprendizagem da leitura e da escrita, particularmente com a crítica ao método silábico e a incorporação dos estudos da psicopedagoga Emilia Ferreiro.

Os trabalhos de Ferreiro para o campo da educação de adultos ampliou-se com a realização de um estudo que mostrou que os adultos analfabetos, ao mesmo tempo em que eram portadores de um conjunto de informações sobre a escrita, elaboravam hipóteses semelhantes as das crianças. A partir daí as /.../ propostas pedagógicas para alfabetização começam a incorporar a convicção de que não é necessário nem recomendável montar uma língua artificial para ensinar a ler e escrever. Os adultos analfabetos podem escrever enunciados significativos baseados em seus conhecimentos da língua, ainda que, no início, não produzam uma escrita convencional. É com essas produções que o educador deverá trabalhar, ajudando o aprendiz a analisá-las e introduzindo novas informações.(RIBEIRO, 1997).

Ainda com referência nos anos 80, é interessante observar que os programas de educação não-formal de jovens e adultos, que desenvolviam o ensino da leitura, da escrita e do cálculo simples, eram denominados de educação básica.

Para a década de 90, o problema da educação de adultos não só vem sendo recolocado como incorporou proposições educacionais para grande parcela dos jovens que, por diferentes razões, estão fora da escola, ampliando seu espectro. As mudanças em curso no contexto socioeconômico, e suas implicações são de tal ordem que parece estar ultrapassado o tempo em que educação de adultos era sinônimo de conscientização.

A era da educação popular, como pura educação política, parece também ter ficado para trás, e hoje os programas devem estar referidos a busca de uma melhor qualidade de vida. Estamos diante do pressuposto de que a alfabetização e educação básica são uma preparação para treinamentos ou aprendizagens posteriores e que os empregos ou atividades autônomas exigem níveis elevados de escolarização.

Reinaugura-se o debate sobre a economia da educação de adultos, no qual se enfatiza a importância de os programas desenvolverem uma aprendizagem que vá ao encontro dos valores e atitudes disseminados pelo modelo socioproductivo vigente.

Diante do conjunto de questões expostas, permeadas pela interface entre a elevação dos requisitos educacionais e o aumento da produtividade, é preciso lembrar que o país chegou aos anos 90 sem resolver o problema do analfabetismo. É provável que este aspecto tenha contribuído para a definição do Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania PNAC, lançado em 1990 pelo governo federal, por ocasião do Ano Internacional da Alfabetização.

Em síntese, é possível dizer que para grande parte da população, excluída dos processos escolares em outros momentos, um conjunto de desafios a serem vencidos permanece. São desafios referentes as suas possibilidades de acesso à cultura letrada, a sua participação ativa no mundo do trabalho, da política.

Desafios que se agravam e se agigantam em face do afunilamento do mercado de trabalho que, tendencialmente, re-exclui essa parcela da população.

São fatores que nos levam a indagar sobre o que há de novo para o campo da educação de jovens e adultos, sobretudo no que se refere à capacidade de os adultos de baixa escolaridade enfrentarem os desafios do final do milênio.

Para o início dos anos 90, destacam-se algumas propostas elaboradas no âmbito do setor público, sobretudo municipal. Muitas dessas experiências resgataram o referencial teórico-metodológico de Paulo Freire e, ainda que não tenham sido práticas efetivamente “novas”, contribuíram para recolocar o tema na agenda educacional em um momento em que a nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB) estava em discussão.

O tema da educação de jovens e adultos insere-se no texto da nova LDB aprovada em 1996, integrando iniciativas governamentais e não-governamentais e aquelas do setor privado. Cabe ao governo federal assegurar, por cinco anos, a oferta de educação de jovens e adultos equivalentes às quatro séries iniciais do Ensino Fundamental para 50% da população com 15 anos ou mais, que não tenham atingido esse nível de escolaridade. Define-se que a prioridade deve ser dada aos mais jovens. Cabe ainda ao governo a produção e o fornecimento do material didático-pedagógico, bem como a elaboração dos parâmetros nacionais de qualidade para tais programas.

As demais séries do ensino fundamental deverão ser ofertadas por outras instâncias governamentais ou não-governamentais. A essas instâncias cabe também a definição do sistema de certificação de competências, a expansão da oferta através das diferentes modalidades de ensino.

Pesquisas e estudos sobre a temática, bem como a necessidade de as propostas estarem vinculadas aos programas de formação profissional estão presentes no texto da LDB. No entanto, não se estabelecem os critérios definidores dessas articulações e, ao que parece, não há elos efetivos com o tema do emprego. O texto reitera os pressupostos dos cursos de suplência para os diferentes graus do ensino e estimula a participação da iniciativa privada em ações educativas dirigidas aos adultos. O texto faz, ainda, um chamamento às

universidades para colaborarem e/ou participarem dos programas de educação de jovens e adultos.

Muitas dessas idéias estão presentes no Programa Alfabetização Solidária, concebido na segunda metade dos anos 90, na esteira das proposições compensatórias tal como delineado pelas instituições internacionais.

Voltado para o atendimento dos jovens das camadas mais pobres da população, representantes de um segmento social marcado pela baixa escolaridade e falta de acesso ao mercado de trabalho, o programa foi implementado em 38 municípios brasileiros, previamente selecionados a partir da ocorrência de taxas de analfabetismo entre a população jovem (entre 15 e 17 anos) superiores a 55%.

Em 1997, 120 municípios integravam a rede da Alfabetização Solidária e estimava-se que quarenta mil jovens haviam sido alfabetizados. Ao mesmo tempo, oitenta universidades de todo o país envolveram-se com o programa, quer direta ou indiretamente.

Embora em sua proposição o programa destaque a importância do envolvimento do Estado com a temática, seu ponto de partida é o trabalho com parcerias, no qual o Conselho da Comunidade Solidária se coloca como mediador. Na avaliação do Conselho, “trabalhar com parcerias não significa substituir as ações do governo na área social, mas apoiar e somar esforços às ações desta”.

Dentre seus objetivos o programa propõe desencadear um movimento nacional para o combate ao analfabetismo no país através de 3 princípios: incentivo a parcerias, mobilização juvenil e operacionalização e avaliação inovadoras.

Sobre as referências teórico-metodológicas, o programa ressalta que a alfabetização não é um fim em si mesma, mas um meio para inserção do indivíduo na sociedade letrada, estabelecendo ligaduras desta noção com o tipo de material didático-pedagógico proposto.

As avaliações já realizadas sobre a Alfabetização Solidária indicam que para um universo de 9.150 jovens matriculados, apenas 26% abandonaram a sala de aula. Ainda que as causas do abandono se relacionem às questões extra e

intra-escolares, parece haver clareza sobre a importância da motivação, sem o que não há aprendizagem.

Dentre os problemas com os quais o programa se defronta, uma questão central é “o que será feito com o contingente de jovens que respondeu aos apelos do programa”. Esta indagação está diretamente ligada às solicitações provenientes do mercado de trabalho, fundadas em um padrão de competências que se modifica em ritmo veloz.

Está articulada também com a diminuição tendencial dos postos de trabalho. A indagação demonstra que há clareza sobre os limites, e até mesmo sobre a incapacidade que se impõe aos programas de educação para jovens e adultos desarticulados das demais políticas sociais, sobretudo das educacionais. E mais, a indagação sugere, nas entrelinhas, os problemas decorrentes da ausência de uma efetiva política de empregos.

A Alfabetização Solidária tem sido objeto de crítica, particularmente no que diz respeito à sua aparência inovadora. Segundo a análise de Germano, pouco há de novo na proposta que se originou dos princípios estabelecidos para o programa Comunidade Solidária. Ao mesmo tempo, ele identifica pontos em comum com o Programa Nacional de Ações Socioeducativas e Culturais para as Populações Carentes Urbanas e Rurais elaborado pelo Ministério da Educação para o período de 1980 a 1985, tais como: combate à pobreza, refilantropização, segmentação das políticas sociais, privatização das ações. Nesse contexto, a política educacional passa a ser encarada como assistência e compreendida como um favor e não como conquista da cidadania e um direito social.

Em seus princípios a Comunidade Solidária define como prioridade das políticas sociais e educacionais os setores mais pobres da população, propõe um modelo de ação descentralizado e com larga participação dos setores privados, solicita a integração interinstitucional para o desenvolvimento das ações e, ao mesmo tempo, incentiva participação comunitária. De acordo com a análise do autor acima referido, esses são aspectos que se coadunam com o recorte neoliberal que permeia a gestão pública na área das políticas sociais.

Ou seja, estamos mais uma vez diante da “focalização” da assistência em contraposição a universalização do sistema de proteção social; a descentralização proposta se dá através da municipalização das ações e serviços; a privatização e a parceria com a sociedade civil são decorrentes da transferência de responsabilidade do Estado para instituições filantrópicas, religiosas e comunitárias.

De volta à indagação sobre o que há de novo no campo da educação de jovens e adultos, o quadro que se apresenta nos remete a HADDAD (2000) que enfatiza que, ao mesmo tempo em que o governo federal reforça um modelo econômico que preconiza a lógica do mercado, suas metas educacionais para essa parcela da população, integrantes da PEA, são extremamente tímidas.

Frente ao cenário apresentado, é essencial que se defina uma proposta de educação de jovens e adultos proativa, que afirme a relevância e revalorização do trabalho produtivo, a participação política, os valores democráticos, a justiça social e a identidade cultural.

Além do que, há uma confluência de novos fatores que devem ser considerados na definição dos programas de alfabetização, educação básica e/ou capacitação. Hoje não se pode tratar da educação de jovens e adultos de forma isolada e “as ações alfabetizadoras para ter efeitos favoráveis e duradouros devem estar vinculadas, no micro, a aspectos que incidam realmente na melhoria da qualidade de vida e, no macro, a políticas sócias que promovam uma maior equidade”.

## **2. PRATICANDO O FOLCLORE E A EJA DE LAGOA DE PEDRAS.**

A educação brasileira no contexto das transformações sociais, especialmente no que tange à legislação educacional, Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional, e seus desdobramentos se apresenta com novos contornos novas idéias, muitas esperanças. Dentro das inovações propostas está o novo conceito e a nova forma da educação de jovens e adultos. Conceito que além de “suprir” a escolarização não acontecida no tempo hábil, pois é referendada nas Diretrizes Curriculares para essa modalidade educacional como ensino Fundamental e Médio sem diferenciação de conteúdos, atividades, competências e habilidades requeridas para a Educação Básica específica. Forma, porque não é uma modalidade à clientela, ao contexto, à contemporaneidade e á modernidade. Essa nova educação de Jovens e adultos acena para os pilares básicos definidos pela UNESCO para a educação-o aprender a aprender; o aprender a conviver junto; o aprender a fazer e o aprender a ser.

Tendo como referencia o que dispõem os valores formais da educação, este trabalho tem como objetivo subsidiar docentes e discentes nos seus diferentes fazeres no cotidiano da escola, especialmente da sala de aula.

Então porque devemos estudar o folclore?

O estudo da própria alma de um país é o estudo do modo de ser da gente do povo, das suas maneiras de pensar, de agir e de sentir, é o estudo da feição nacional nas suas bases mais profundas e mais características. É a cultura de

folk, é mentalidade do povo, é a lição que nos vem transmitida através das gerações, como todo saber empírico das gentes humildes que lastreiam a formação da nacionalidade, para a qual, no Brasil, contribuíram portugueses, índios e negros, cada um com seus usos, práticas e costumes.

Essa sabedoria não é uniforme, não é igual em todo o território, variando de um estado para outro, pois sofre o impacto das heranças étnicas (às quais se juntam às contribuições de outras raças vindas com as correntes imigratórias) e das influências do meio, consideradas as exigências que as condições fisiográficas impõem ao homem, imprimindo normas e práticas indispensáveis à sua sobrevivência. Variam, assim, os modos de ser das gentes da beira-mar, do planalto, da montanha e do sertão, que nos tipos de moradia, de alimentação, de técnica, quer na feição espiritual. Não se viverá ao sul do país com o temor do boto, nem no centro sob o encanto da seringa, nem na praia se cultuará o rei da mata, o lavrador se cercará de credices e superstições para o bom êxito de suas lavouras, outras serão as do pescador, do boiadeiro, do tropeiro, do garimpeiro.

Se não conhecemos a mentalidade do povo, toda reforma ou regulamentação em qualquer setor da vida humana será vazia e sem possibilidade de êxito. No campo de medicina, da região, da agricultura, da técnica, ou em qualquer outro, a sementeira germinará se anteriormente o terreno foi estudado, conhecido, preparado.

Portanto, a aplicação do folclore é o aproveitamento da ciência em outro campo, com objetivos definidos. Muitas ciências, disciplinas e artes estão intensamente ligadas ao folclore, e, assim, a escola primária dele pode e deve servir-se, como excelente meio de transmissão de conhecimentos, ao mesmo tempo em que revelador da cultura do povo.

A sua maior aplicação será no setor de linguagem oral e escrita, com a amplitude dos contos, nos objetivos éticos, morais e estéticos a serem por meio deles atingidos. O conto é um veículo educativo, usado nas mais antigas civilizações e do mesmo modo entre os povos naturais, para realce dos feitos dos seus heróis e das virtudes de seus antepassados. Os provérbios, que representam uma condensação de sabedoria, as adivinhas, que são testes de conhecimentos,

as parlendas, os jogos, os brinquedos, recreiam, estimulam as relações sociais e reafirmam a unidade grupal.

Na história do Brasil, na geografia e nas ciências, as lendas relativas à escravidão, mineração, bandeiras, heróis, os tipos brasileiros e seus traços culturais, os ambientes em que vivem, as serras e lagoas e mares com seus mitos, animais, vegetais e minerais. Em Matemática, inúmeras formulas e outras contribuições, em parlendas ou poesias e jogos; no desenho, trabalhos manuais, artes e artesões, o uso do material local, com revalorização de seus usos e seus motivos típicos ornamentais; Músicas, as nossas melodias, ritmos e instrumentos; ainda a dança e o teatro, com apresentações da beleza que possuímos nesses campos.

O aproveitamento do folclore na escola é das mais válidas contribuições, pela intenção formativa e pelo caráter de nacionalidade que imprime.

Sabemos que no Brasil é antiga a lição do aproveitamento do folclore no ensino. Já nas primeiras décadas de nossa vida, os jesuítas o aplicaram com extrema sabedoria na catequese, utilizando as danças e os cantos indígenas, e encenando seus autos. Anchieta, nosso primeiro mestre, nos legou esse exemplo, nos campos de Piratininga.

A cultura do povo precisa ser estudada, porque é objetivo de todos os governos dar ao povo melhores condições de vida. Ao comentar a revolução dos nossos tempos, da qual um aspecto é “a luta pelo domínio”, tanto quanto possível científico, do destino humano, Gilberto Freyre considera esse domínio de modo algum absoluto, “pois deve conciliar-se com o daqueles valores de sempre, às vezes superior a própria ciência e guardados pelos clássicos, pelas igrejas e pelo próprio folclore”.

Entretanto, a Educação de Jovens e Adultos é uma das vias indicadas para fazer frente a estas estratégias, à exclusão e à desigualdade social. É fundamental para construção de uma sociedade mais justa e democrática uma Educação de Jovens e Adultos de qualidade. É uma das maneiras eficientes de assegurar os direitos humanos e permitir que cada um exerça a cidadania

valorizando a diversidade cultural, evitando a discriminação e promovendo a solidariedade em outros povos.

A partir desse pensamento elaboramos o projeto que buscou no contexto do aluno, histórias que contemplam a diversidade cultural, valorizando o universo vocabular na sua mais genuína expressão, discutida dialogicamente em sala de aula, sistematizando a linguagem popular, a linguagem culta.

Na Educação de Jovens e Adultos, não é nova a percepção de que as pessoas são portadoras de cultura e que dominam uma série de conhecimentos. Isso nos trouxe algumas implicações, a primeira delas foi a de tomar como ponto de partida os saberes de conhecimentos que o educando já tem, que ele traz da sua vivência em família e em sociedade. Aprende-se estabelecendo relações entre o que já se sabe e o novo que se apresenta.

Na práxis, testamos, o comparamos o que já sabemos e a partir de novas experiências de aprendizagem, verificamos a necessidade de modificar, aprimorar ou substituir nossos conhecimentos e saberes. À medida que jovens e adultos se defrontam com situações onde colocam em jogo o que já sabe, reorganizam essa bagagem e podem receber novas informações dos educadores e dos colegas.

Diante disso, foi realizado na Escola Municipal Professora Antonia de Lima Rocha, especialmente em uma turma de EJA uma palestra interativa sobre o “folclore”. Em seguida a turma foi dividida em três grupos para ser feito a leitura de três contos populares de Sílvio Romero um de origem: indígena, africana e européia.

Fruto da tradição oral, os contos populares têm sido transmitidos de geração a geração e destinam-se tanto as crianças como aos adultos.

Muitos desses contos foram recolhidos e registrados por estudiosos, antropólogos, historiadores e folcloristas. Se a passagem para o texto escrito fez com que, por um lado, eles perdessem o seu caráter estritamente oral, por outro, perpetuou-os para as gerações futuras. Entre as mais famosas complicações, podemos destacar os contos dos irmãos Grimm, que, na Alemanha do século XIX, registraram várias histórias tradicionais contadas por parentes e amigos, seguindo assim os caminhos do francês Charles Perrault. Quando a trabalhos semelhantes

em língua portuguesa, destacamos os de Teófilo Braga e Adolfo Coelho, em Portugal, e os de Silvío Romero e Luís da Câmara Cascudo, no Brasil.

Todos esses estudiosos tinham como objetivo registrar e preservar o folclore nacional. O resgate desses contos, assim como sua divulgação, estudo e comparação, tornaram-se fundamental para que se mantivesse viva a tradição popular mundial, transmitida há tantos séculos.

Quando estudamos os contos populares, assim como os provérbios, as adivinhas e as canções populares de diferentes locais podemos observar varias semelhanças temáticas entre essas produções. Isso significa que, independentemente dos diferentes contextos culturais, históricos e sociais em que tais textos foram criados, há uma estrutura básica que os constitui e faz deles fonte e representação de arquétipos da humanidade. Como subgêneros do ponto popular, temos os contos maravilhosos de encantamento e de fadas.

Portanto, cada grupo foi orientado a fazer a leitura de um conto com objetivo de organizar uma apresentação teatral para toda turma.

A experiência possibilitou ampliar e aproximar, no sentido de intimidade, a relação e interesse na construção da leitura e escrita através da arte. Sensibilidade é uma porta de entrada das sensações, construídas nas relações do ser humano como externo, natural e social, oferecidos e apreendidos por todos que se dispõe a vivenciá-los.

O desenvolvimento das qualidades perceptivas do mesmo torna-se um caminho aberto para encontrar-se inserido no mundo atual. Acreditamos que sentir e perceber o mundo e seu entorno facilita a aprendizagem evidenciando um caminho mais legítimo para a democratização da educação.

A educação de jovens e adultos está estreitamente vinculada às realidades ações culturais, políticas e produtivas dos educandos jovens e adultos. E assim, a partir das observações realizadas em sala de aula sobre o conteúdo do folclore e entrevistas informais, foi possível perceber como eles vêem o folclore a partir dos conhecimentos que eles já possuem.

Pois as suas reflexões vêm das suas próprias experiências e refletem no seu dia a dia, fazendo com que haja uma ponderação e possível análise dos experimentos diários.

Vale destacar que, na Educação de Jovens e Adultos, trabalhar a diversidade cultural é uma estratégia das mais importantes uma vez que contribui na construção identidade nacional. O desafio do programa é tratar a diversidade cultural.

Nesse sentido, a escola pode ser o local de diálogo, de aprender a conviver e vivenciar a própria cultura, respeitando as diferentes formas de expressão cultural. Significa considerar as diferenças como fator de enriquecimento e não como obstáculos para a aprendizagem.

Esperamos formar sujeitos capazes de assumir com autonomia sua própria vida. Serem autores de uma pratica nova no novo mundo que a leitura e a escrita começam a lhes possibilitar, criando seu próprio papel no contexto mais amplo e perceber-se como alguém que pode vir a contribuir na grande história humana que se constrói com a soma de todos.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O ensino da Educação de Jovens e Adultos no Brasil vem enfrentando “uma somatória de problemas antigos e modernos”, problemas no que diz respeito a questões políticas/econômicas, sócio-histórico, educacional e cultural, que perpassam por várias concepções dentre elas a de alfabetização no 1º segmento que vai desde a concepção de leitura e de escrita à sistematização do 2º segmento, numa amplitude mais geral que é a concepção de educação.

O currículo desse ensino vem sendo muito discutido no cotidiano escolar apenas em termos de informação para a equipe técnica pedagógica e, na prática o/a professor/a faz apenas uma listagem de conhecimentos selecionados com base nos livros didáticos do ensino regular sem ter relação com o cotidiano do aluno (conhecimentos prévios sejam espontâneos ou escolares). Para isso faz-se necessário conhecer a realidade brasileira no percurso de regulamentação e reconhecimento desse nível de ensino para as classes populares que não tiveram acesso ao ensino regular.

Embora a Educação de Jovens e Adultos tenha se expandido muito nos últimos anos, muito se tem questionado sobre o verdadeiro papel na formação dos indivíduos, um fator relevante e que de certa forma “atrapalha” a expansão deste segmento, é que a maioria desses alunos são trabalhadores e que por esse

motivo chegam cansados a sala de aula, devido ao esforço da jornada de trabalho, ocasionando a evasão escolar. Todo processo de ensino está vinculado à realidade do aluno, seu mundo, seu cotidiano; é a partir dele que se deveriam trabalhar os conteúdos na EJA, não se detendo na aprendizagem de leitura, escrita e cálculo; os conteúdos de todas as disciplinas devem levar a Alfabetização e a busca do conhecimento para melhoria da condição de vida e trabalho dos Jovens e Adultos.

Portanto, há que se garantir espaço para que esse aluno possa ampliar seus conhecimentos e ultrapassar a visão assistencialista, buscando na educação, alternativas que o prepare integralmente, para que se torne um ser social capaz de interagir no meio em que vive os Jovens e Adultos.

Para isso, merecem experimentar novos meios de aprendizagem e progressão nos estudos, que não aqueles que provavelmente os impediram de levar a termo sua escolarização anteriormente.

Criando novas formas de promover aprendizagem fora dos limites da organização escolar tradicional é uma tarefa, portanto, que impõe antes de qualquer coisa um enorme desafio para os educadores, principalmente no atual estágio de desenvolvimento das pesquisas sobre o tema.

Na verdade, romper o modelo de instrução pedagógica, pois para isso o professor precisará decidir, em cada situação, quais formas de agrupamento, seqüenciação, meios didáticos e interações que propiciarão o maior progresso possível dos alunos, considerando a diversidade que inevitavelmente caracteriza o público da Educação de Jovens e Adultos.

No entanto, o sentido negativo de não ter conseguido concluir o ensino regular gera uma experiência que leva o aluno a formar imagens negativas de si próprias, acreditando em sua inadequação no espaço escolar, pensando que é sua a responsabilidade por essa situação.

Por isso, cumpre olhar com mais atenção para esses alunos. O primeiro passo é convencer-se de que a maioria deles está nessa situação por práticas de ensino inadequado. Ao assumir uma proposta pedagógica significativa e relevante são condições básicas de sucesso: incentivar o conhecimento, o

autoconhecimento positivo e a confiança na própria capacidade de aprender desses Jovens e Adultos ao retornar à escola.

Esses Jovens e Adultos são em sua maioria constituídos por trabalhadores e trabalhadoras, por desempregados e por indivíduos não escolarizados. São Jovens e Adultos que já tiveram passagem em escolas regulares, porém com resultados fracassados, conforme se analisou anteriormente. Encontra-se em situação de exclusão devido a diversos fatores como idade, dificuldade de conciliação de horário de trabalho, situação financeira e outros fatores. Partindo do princípio de que o aluno é capaz de aprender e de que a interação (professor-aluno) é fator fundamental na construção do conhecimento, faz-se necessário prever uma dinâmica de atuação pedagógica que valoriza os conhecimentos que os alunos já possuem, promovendo o avanço para níveis mais elaborados através do questionamento, da busca de informações e do confronto de idéias.

As apropriações do conhecimento é um processo dinâmico, e acreditar que todos são capazes de aprender implica um novo relacionamento para a prática pedagógica. A proposta deve atender ao ritmo de cada aluno, sem atribuição de rótulo ou classificações prévias, com um olhar otimista, com respeito a seus diferentes modos de vida, aos conhecimentos que trazem, estimulando-os a vencer obstáculos de modo confiante, valorizando seus progressos e promovendo sua auto-estima.

Diante de todo o estudo já explicitado percebe-se a importância de se trabalhar com o folclore, especificamente o “folclore potiguar”, na Educação de Jovens e Adultos. É notável a relação que ambos têm, chegando a seguinte proposta “folclore potiguar e EJA uma relação possível e necessária no processo de ensino-aprendizagem eficaz, participativo”. Contribuindo, assim, no resgate da cultura do município de Lagoa de Pedras e no estado do Rio Grande do Norte de forma sistematizada.

Por fim, reiteramos que a educação ao longo de toda a vida é mais que um direito é uma das chaves do século XXI. É consequência de uma cidadania ativa e uma condição para participação plena na sociedade. O reconhecimento do direito à educação e ao direito de aprender durante toda a vida é mais que uma

necessidade; é o direito de ler e escrever, de indagar e analisar, de ter acesso a determinados recursos, de desenvolver e praticar capacidades e competências individuais e coletivas.

#### 4. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Luís R. de. *A culinária baiana e o folclore*. Comunicação à Comissão Nacional de Folclore do Instituto Brasileiro de Educação. Ciência e Cultura. Documento 181, 14 de abril de 1950.

ALMEIDA, Theodora Maria Mendes (Coord.). **Quem canta seus males espanta**. São Paulo: Caramelo, 1998.

AMARAL, Amadeu. **Tradições Populares**. São Paulo: Progresso, 1948.

AMORIM, José Pimentel. **Medicina Popular de Alagoas**. Maceió, Departamento Estadual de Cultura, 1963. Folclore, caderno XIX.

ANDRADE, Carlos Drummond (org.). **Brasil Terra e Alma; Minas Gerais: Antologia brasileira; coletânea em prosa e verso de escritores nacionais**. 30ª ed. sl, Editora do Autor, sd. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1959.

ARAÚJO, Iaperi. **A medicina popular**. 3. ed. Natal: EdUFRN, 1999.

ARAÚJO, Alceu Maynard. **Cultura popular brasileira**. São Paulo,: Melhoramentos. Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1973.

BEISIEGEL, Celso de Rui. "Paulo Freire. Elementos para a discussão do tema Pedagogia e Anti-pedagogia ". Educação e Sociedade nº 3. Campinas, ano I, maio de 1979, pp. 37-43.

- BOSI, Alfredo. **Cultura Brasileira**. São Paulo: Ática, 1992.
- BARRETO, Felicitas. **Danças do Brasil**. Rio de Janeiro: Tupy, 1958.
- BETTENCOURT, Gastão. **Flagrantes do folclore do Brasil**. Coimbra: Coimbra Editora, 1954.
- BRASIL, Ministério da Educação. Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania. Marcos de Referência. Brasília: Secretaria Nacional de Educação Básica, 1990.
- CASCUDO, Luiz da Câmara. **Antologia do Folclore Brasileiro**. 2ª ed. São Paulo: Martins, 1954.
- \_\_\_\_\_. **Dicionário do folclore brasileiro**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura / Instituto Nacional do Livro, 1954.
- \_\_\_\_\_. **Dicionário do folclore brasileiro**. Portugal: Fundo de Cultura, 1957.
- \_\_\_\_\_. Luiz da Câmara (org). Antologia da alimentação no Brasil. Rio de Janeiro, Livros Científicos Técnicos, 1977.
- \_\_\_\_\_. Luiz da Câmara. **Contos tradicionais do Brasil**. Belo Horizonte; São Paulo, Itatiaia, Editora da Universidade de São Paulo, 1986.
- \_\_\_\_\_. Luiz da Câmara. **Literatura oral no Brasil**. 3ª ed. Belo Horizonte / São Paulo, Editora Itatiaia / Editora da Universidade de São Paulo, 1984. Reconquista do Brasil, (nova série), v. 84.
- CARNEIRO, Edison. **Antologia do negro brasileiro**. São Paulo, Ediouro, 1967.
- \_\_\_\_\_. Edison. **A sabedoria popular**. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura/ Instituto Nacional do Livro, 1957.
- CUNHA, Maria Antonieta Antunes. **Literatura Infantil: Teoria e Prática**. 7ª ed. São Paulo: Atica, 1991).
- DELORS, Jacques. Educação: um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez, 1998.
- FREIRE, P. Pedagogia da Esperança. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.
- GADOTTI, M. (org.) Educação de Jovens e Adultos: a experiência do MOVA – SP. São Paulo: MEC/secr. De Educação Fundamental, 1996.
- GURGEL, Déifilo. **Espaço e tempo do folclore potiguar**. Natal:PMN/Petrobrás, 1995.

MENEZES, Raimundo. **Dicionário literário brasileiro**. 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC 1978.

PAIVA, Vanilda. Anos 90: as novas tarefas da educação dos adultos na América Latina. Cad. Pesq. São Paulo, n.89, 1994.

RIBEIRO, Vera Maria M. (coord.). Educação de jovens e adultos: Proposta Curricular para o 1º segmento do ensino fundamental. Brasília: MEC, 1997.

ROMERO, Sílvio. **Folclore Brasileiro**: contos populares do Brasil. Editora José Olímpio. Rio de Janeiro, 1954.

SANTOS, José Luiz. **O Que é Folclore**. São Paulo: Brasiliense, 1994.